

NEUZA RIBEIRO DE SOUZA

**PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL E SUA  
INFLUÊNCIA NA VIDA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO  
MUNICÍPIO DE BOQUIM-SE**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA  
MINAS GERAIS – BRASIL  
2002

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e  
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

S729p  
2002

Souza, Neuza Ribeiro de, 1957-

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e sua influência na vida das crianças e adolescentes do município de Boquim-SE / Neuza Ribeiro de Souza. – Viçosa : UFV, 2002.

95p. : il.

Orientador: Maria das Dores Saraiva de Loreto  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Viçosa

1. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - Avaliação. 2. Trabalho infantil - Boquim (SE) - Aspectos sociais. 3. Trabalho infantil - Boquim (SE) - Aspectos econômicos. 4. Família - Boquim (SE) - Condições econômicas. 5. Assistência a menores - Política governamental - Brasil. I. Universidade Federal de Viçosa. II. Título.

CDD 19.ed. 331.310981

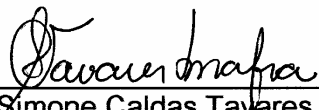
CDD 20.ed. 331.310981

NEUZA RIBEIRO DE SOUZA

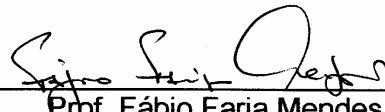
**PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL E SUA  
INFLUÊNCIA NA VIDA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO  
MUNICÍPIO DE BOQUIM-SE**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 23 de julho de 2002.



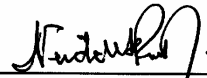
Prof<sup>a</sup> Simone Caldas Tavares Mafra  
(Conselheira)



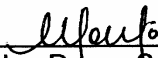
Prof. Fábio Faria Mendes  
(Conselheiro)



Prof<sup>a</sup> Marília F. Maciel Gomes



Prof<sup>a</sup> Neide Maria de Almeida Pinto



Prof<sup>a</sup> Maria das Dores Saraiva de Loreto  
(Orientadora)

*A Deus, sobre tudo e sobre todos, cuja presença constante sustenta-me e eleva-me cada vez mais com sua palavra.*

*Aos meus pais, pelo amor, pelo exemplo de vida, de luta e de fé, pela firmeza de caráter e pelos ideais que me proporcionaram.*

*Aos meus irmãos, que sempre apoiaram esta minha jornada.*



*Eu fico com a pureza das respostas das crianças: é a vida, é bonita e é bonita...*

(Gonzaguinha)

## **AGRADECIMENTOS**

À Universidade Federal de Viçosa e ao Departamento de Economia Doméstica, pela oportunidade de aperfeiçoamento e realização do curso.

À Universidade Federal de Sergipe, mais especificamente à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, na pessoa do professor Luiz Leite Monteiro de Oliveira, pelo seu humanismo e pelo estímulo para que este degrau da minha vida fosse alcançado.

Ao professor Luis Alberto Santos, Pró-Reitor da PROEX, pelo apoio ao meu crescimento pessoal e profissional.

À professora Isaura Fonseca Sobral, Diretora do CECAC, que sempre estimulou o crescimento profissional de todos do Centro de Extensão.

Aos colegas do CACOM e CODEX e ao Roberto, exímio secretário, pelo apoio e pela amizade, nas constantes solicitações.

À professora Maria das Dores Saraiva de Loreto, pela orientação, pela valiosa colaboração em todas as etapas deste trabalho, pelas sugestões, pelos ensinamentos transmitidos e, principalmente, pelo carinho, pela amizade muito estimada e pela dedicação à minha pessoa.

Aos professores Neuza Maria da Silva, Nerina Marques, Maria de Fátima Lopes, Carlos Farias, José Noberto Muniz, Fernando Pinheiro Reis e Marília Maciel, pelo aprendizado adquirido em sala de aula.

Aos professores membros da Banca Examinadora, pelas sugestões apresentadas.

Aos professores Fábio Faria Mendes e Simone Caldas Tavares Mafra, pelo aconselhamento e apoio à pesquisa.

À comissão inicial de erradicação do trabalho infantil e seus representantes legais, que atua desde 1996, a fim de encontrar soluções para as crianças trabalhadoras desde as pedreiras de Tomar do Geru até a abrangência da região citrícola do Estado: SEAST (Secretaria de Ação Social do Estado de Sergipe), DRT (Diretoria Regional do Trabalho), Ministério Público, UNICEF e Organizações Civis.

À Coordenação da Pós-Graduação em Economia Doméstica da UFV, pela credibilidade.

A todos os companheiros de curso, de modo especial à turma de 2000: Vera, Ângela, Eraldo, Darciley, Carla, Kelly, Ana Maria e Liliana, pela força transmitida, pela amizade e pelo agradável convívio.

Aos funcionários do Departamento de Economia Doméstica da UFV, em especial a Aloísia, Lena, Efigênia, Roberto e Serafim.

À Eliana Taciana Pereira, Jussileide Ramos Santos e Maria do Socorro e família, pelo apoio desde a tabulação dos dados até a conclusão desta pesquisa.

A todos os amigos que, com seu apoio incondicional, tornaram possível mais esta realização.

À Eliane Ventura da Silva, pela revisão lingüística, e ao Paulo Afonso da Silva, pelo trabalho de editoração eletrônica e pelo encaminhamento final de minha tese.

Por fim, à Prefeitura Municipal de Boquim, nas gestões de 1997 a 2000 e 2001 a 2004, por permitir a realização e viabilização deste Projeto de Pesquisa, não esquecendo a Secretaria de Ação Social, ao Conselho Tutelar, à Pastoral da Criança e às demais secretarias deste município.

## **BIOGRAFIA**

NEUZA RIBEIRO DE SOUZA, filha de João de Alves de Souza e Iara Ribeiro de Deus Souza, nasceu em 15 de novembro de 1957, em Itabuna, Estado da Bahia.

Em 1988, graduou-se em Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe.

Em 1989, ingressou na Clínica Psiquiátrica de Itabuna-BA, atuando como assistente social, desenvolvendo trabalhos com pacientes e suas famílias.

Em 1990, atuou no Bradesco S.A., Departamento de Recursos Humanos, como assistente social, onde atendia funcionários e seus dependentes diretos.

Em 1996, ingressou na Universidade Federal de Sergipe, como assistente social, na Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, atuando em diversos projetos, dentre os quais participou da Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil e outros e, atualmente, coordena o Projeto Campus Aproximado Grande Rosa Elze, onde desenvolve atividades de extensão, práticas de ensino e ação social em conjunto professores e alunos de diversas áreas.

Em 2000, iniciou o Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, em nível de Mestrado, atuando na linha de pesquisa “Avaliação de Programa e Projetos”, tendo defendido tese em 23 de julho de 2002.

## CONTEÚDO

	<b>Página</b>
RESUMO .....	viii
ABSTRACT .....	xiii
1. INTRODUÇÃO .....	1
1.1. O problema e sua importância .....	2
1.2. Objetivos .....	5
1.2.1. Geral .....	5
1.2.2. Objetivos específicos .....	5
2. REVISÃO DE LITERATURA .....	6
2.1. Família e exclusão social .....	6
2.2. Trabalho infantil e seus resultados .....	9
2.3. Ações gerais relacionadas à Erradicação do Trabalho Infantil. ....	12
2.4. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) no Município de Boquim-SE .....	12
2.5. Mecanismos de avaliação de políticas sociais, com ênfase em Programas que envolvem as crianças e sua família .....	24
3. MODELO TEÓRICO E ANALÍTICO .....	30
3.1. Modelo teórico .....	30
3.2. Modelo analítico .....	32

	<b>Página</b>
3.2.1. Caracterização do status sociodemográfico da criança e do microsistema familiar .....	32
3.2.1.1. Perfil ou características pessoais das crianças/adolescentes .....	33
3.2.1.2. Perfil socioeconômico das famílias .....	33
3.2.2. Envolvimento no Programa .....	34
3.2.2.1. Características do município .....	34
3.2.2.2. Pessoal envolvido e principais funções .....	35
3.2.3. Percepções .....	35
3.2.4. Rede social .....	36
3.2.5. Atividade pais-crianças .....	36
3.2.6. Comunicação escola-casa .....	36
3.2.7. “Performance” da criança e adaptação .....	37
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	39
4.1. Local do estudo .....	39
4.2. População e amostra .....	41
4.3. Métodos de coleta de dados .....	41
4.4. Procedimentos de análise .....	42
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO .....	43
5.1. Caracterização do “status” sociodemográfico das crianças/adolescentes, suas famílias e respectivos ambientes .....	43
5.1.1. Características pessoais das crianças/adolescentes .....	43
5.1.2. Perfil das unidades familiares .....	45
5.2. Características do “microhabitat” .....	47
5.3. Envolvimento no Programa .....	50
5.3.1. Caracterização do município de Boquim .....	50
5.3.2. Formas de envolvimento socioinstitucional .....	52
5.3.3. Percepção sobre o PETI pelos líderes comunitários .....	53
5.4. Percepções de crianças/adolescentes, unidades familiares e professores sobre o PETI .....	54
5.4.1. Percepção das crianças/adolescentes sobre o PETI .....	55
5.4.2. Percepção das unidades familiares sobre o PETI .....	59
5.4.3. Percepções dos professores sobre o PETI .....	60
5.5. Redes sociais das unidades familiares/crianças e adolescentes ...	62
5.6. Relações crianças-pais e casa-escola .....	63
5.7. “Performance” e adaptação da criança/adolescente .....	65

	<b>Página</b>
5.7.1. Aspectos do desempenho educativo da criança/ adolescente .....	65
5.7.2. Aspectos da qualidade de vida das crianças/ adolescentes	66
5.7.2.1. Aspectos do componente lazer das crianças/ adolescentes .....	68
5.7.2.2. Perfil nutricional das crianças/adolescentes .....	70
6. CONCLUSÕES.....	77
7. SUGESTÕES.....	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	81
APÊNDICES .....	86

## RESUMO

SOUZA, Neuza Ribeiro de, M.S., Universidade Federal de Viçosa, julho de 2002. **Programa de erradicação do trabalho infantil e sua influência na vida das crianças e adolescentes do município de Boquim-SE.** Orientadora: Maria das Dores Saraiva de Loreto. Conselheiros: Fábio Faria Mendes e Simone Caldas Tavares Mafra.

Embora o Brasil possua, por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), uma das mais avançadas legislações de proteção às crianças e aos adolescentes, as estatísticas e as evidências do dia-a-dia mostram a intensificação do trabalho infanto-juvenil e, portanto, a grande distância entre o que a lei concebe e o que a realidade apresenta. Evidências estatísticas atuais mostram que 2,9 milhões de brasileiros entre 5 e 14 anos trabalham, recebendo, em sua maioria, menos de meio salário mínimo. Alguns vivem em regime semi-escravo, cumprindo jornadas diárias de até 12 horas, não recebendo nada pela atividade realizada, seja no setor primário, secundário ou terciário. Essa realidade contextual tem feito com que órgãos do Ministério da Previdência/Secretaria de Ação Social de diversos municípios brasileiros, como é o caso de Boquim-SE, tenham procurado implementar o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), cujo objetivo geral é “erradicar”, em parceria com os diversos setores do governo e da sociedade civil, o trabalho infantil, sendo destinado, prioritariamente, às famílias atingidas pela pobreza e exclusão social. O modelo teórico utilizado na presente

pesquisa está baseado na abordagem da ecologia do desenvolvimento humano, que enfatiza a importância de um conjunto de sistemas interligados, visando proporcionar o “empowerment” (empoderamento) parental. A pressuposição básica dessa abordagem é a de que toda unidade familiar, com suas variedades de formas, deve ser o centro de qualquer Programa de suporte à família/criança, por ser a estrutura mais diretamente envolvida com o segmento infantil. Essas famílias, por meio de suas redes sociais e de seu envolvimento com o Programa, a criança e a escola, devem ser fortalecidas para que o empoderamento parental seja positivo, que pode ser examinado por meio do desempenho e do ajustamento da criança no seu microsistema familiar. Nesse contexto, objetivou-se analisar o PETI implantado no município de Boquim-SE, fazendo-se uso de dados de fontes secundárias e primárias, analisados por meio de estatísticas descritivas. Os resultados mostraram a realidade contextual em termos sócio-institucionais, favorável à implantação do PETI, tanto pelas infra-estruturas locais existentes como pelo número de parceiros envolvidos. As crianças/adolescentes, bem como suas famílias, percebiam o Programa como “algo bom e importante para as suas vidas”, visto que ele tem proporcionado condições para “recuperar a infância perdida”, absorvida pelo trabalho penoso e perigoso na colheita de laranjas. Essa importância do PETI devia-se, na visão das crianças/adolescentes, à formação de um novo círculo de amizades, a uma maior coesão e comunicação com os pais, além disto a contribuição para a melhoria do capital humano, menor insegurança financeira e satisfação com a qualidade de vida, basicamente no que diz respeito ao atendimento das necessidades de existência e de relacionamento. Tendo em vista esses resultados, pode-se concluir que a implantação e a gestão atual do PETI, no município de Boquim-SE têm apresentado resultados positivos em termos do desenvolvimento cognitivo e motivacional das crianças/adolescentes, além de empoderamento parental, principalmente em termos pessoais.

## ABSTRACT

SOUZA, Neuza Ribeiro de, M.S., Universidade Federal de Viçosa, July 2002.  
**Eradication program of the infantile work and its influence on children and adolescents' life in Boquim county-SE.** Adviser: Maria das Dores Saraiva de Loreto. Committee members: Fábio Faria Mendes and Simone Caldas Tavares Mafra.

With the Adolescent and Child's Statute (ECA), Brazil is provided with one of the most advanced legislation for the protection of children and teenagers. However, the statistics and the daily evidences have shown the intensification of the infant-juvenile work, therefore a wide distance between what the law conceives and what the reality has presented. According to the actual statistical evidences, a total of 2.9 million Brazilians aged 5 to 14 years have been working and most of them are paid less than half a minimum wage. Some live under a semi-slave regime, since they perform a workday of up to 12 hours, while receiving anything for their activity at either the primary, the secondary or the tertiary sector. This contextual reality has been leading the agencies of the Ministry of the Social Welfare/ Social Action Bureau in several Brazilian counties, such as the case in Boquim-SE, to try the implementation of the PETI (Infantile Work Eradication Program). Associated with several government's sectors and the society, this Program is directed towards the "eradication" of the infantile work, and is mainly addressed to the families submitted to poverty and social exclusion. The theoretical model used in this

research is based on the approach of the human development ecology, that emphasizes the importance of an interlinked system conjunct in order to provide the parental empowerment. The basic assumption of this approach is that every family unit, with their form varieties, must be the center of any Program targeted to supporting the family/ child, since it is the structure more directly involved with the infantile segment. Through their social nets and involvement with the Program, the child and the school, these families should be strengthened so that the parental empowerment to be a positive one, which might be examined through the children's performance and adjustment to their family microsystem. In this context, this study aimed to analyze the PETI implanted in Boquim county, SE, by using the data from secondary and primary sources, as well as the quantitative and qualitative research methods analyzed by descriptive statistics. The results showed that the contextual reality, in social-institutional terms, is favorable to the implantation of the PETI by either the existent local infrastructures and the number of the involved partners. The child /adolescent and their families perceived the Program as "good and important for their lives", since it has been providing conditions to "recover the lost childhood" absorbed by the painful and dangerous work in orange harvest. This PETI importance, under the viewpoint of the children/adolescents, is due to the formation of a new friendship cycle, a wider cohesion and communication with the parents, in addition to the contribution for the improvement of the human capital, recovery has occurred by a new circle of friendships, the higher cohesion and communication with parents, as well as the improvement of the human capital (infantile and adult), lower financial insecurity, and high satisfaction with life quality, basically concerning to the service of the satisfaction of the needs of existence and relationship. The results allow to conclude that the PETI implantation and actual management in Boquim county have been shown positive results in terms of the cognitive and motivational development of the children /adolescents, besides the parental empowerment.

## 1. INTRODUÇÃO

Os atuais mecanismos de exclusão social no Brasil são derivados tanto do plano político de estabilização quanto da integração internacional dependente, que têm imposto transformações radicais na estrutura de produção, nas formas de gestão das empresas, na organização dos mercados e nas condições de processo de trabalho. Constata-se, como afirma MARQUES (1996), que com a intensificação da globalização capitalista, regida pela lógica da desigualdade, têm ocorrido desemprego e flexibilização do mercado de trabalho, com intensificação de sua precariedade e tolerância ao trabalho infanto-juvenil.

O trabalho infantil é considerado um problema social crônico, que aflige ampla parcela da humanidade. Em quase todas as sociedades as crianças realizam alguma espécie de trabalho, sendo sua natureza influenciada pela estrutura e condição da economia, pelo grau e pelo ritmo de seu desenvolvimento. No Brasil, o percentual de crianças trabalhadoras na faixa etária de 10 a 14 anos eleva-se substancialmente, representando 18,3% desse grupo como um todo (cerca de 17,6 milhões). Elas se caracterizam, predominantemente, por serem pardas, viverem na zona rural nordestina e estarem inseridas na área agropecuária, seguida do comércio, da indústria e da prestação de serviços e por também pertencerem a unidades familiares pobres, de baixo nível educacional, cujos chefes de família são trabalhadores autônomos, que ganham até um salário mínimo (BRASIL, 1998).

Pressupõe-se que esse tipo de trabalho esteja associado, embora não esteja restrito, à pobreza, à desigualdade e à exclusão social existentes no Brasil. Existem outros fatores associados a essa problemática, que segundo CERVINI e BURGER (1991) podem ser de natureza cultural (valores sociais, estrutura de preferências e visão das famílias), política (acessibilidade, qualidade e custos da educação), jurídica (normas reguladoras e controladoras do trabalho infantil), econômica e de organização social da produção (migração, incorporação de tecnologias importadas, intensificação do mercado informal, desemprego e subemprego), que também respondem pelo agravamento do trabalho precoce.

Diante desse cenário, com tantas variáveis distintas, não restam dúvidas de que combater o trabalho infantil é uma tarefa complexa e que exige uma abordagem dos diversos sistemas que circundam a criança e sua família, por meio de um tratamento construtivo e em forma de parceria (Estado-sociedade civil), para que as intervenções sociais, de preferência em nível local, sejam mais apropriadas.

Por esse motivo, foi implementado em diversos Estados do Brasil o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que é o foco da análise desta pesquisa. O PETI tem como objetivo retirar as crianças de 7 a 14 anos do mercado laboral e, ao mesmo tempo, promover sua adaptação à escola, bem como dar suporte às suas famílias para que alcancem o empoderamento ou a auto-emancipação. Sua justificativa, como salienta OIT (1996), está respaldada nas evidências de que o trabalho prematuro pode prejudicar as crianças de forma irreversível, fisicamente e em seu desenvolvimento emocional e mental, além de contribuir para a perpetuação da pobreza, degradando as reservas de capital humano necessárias ao desenvolvimento econômico e social de um país.

### **1.1. O problema e sua importância**

Embora o Brasil possua, por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), uma das mais avançadas legislações de proteção às crianças/adolescentes, as estatísticas e as evidências do dia-a-dia mostram que existe a intensificação do trabalho infanto-juvenil e, portanto, grande

distância entre o que a lei concebe e o que a realidade dispõe. Dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios – PNAD (IBGE, 1999) mostram que 2,9 milhões de brasileiros entre 5 e 14 anos estão inseridos no mercado de trabalho, percebendo, em sua maioria, menos de meio salário mínimo. Alguns deles trabalham em regime semi-escravo, uma vez que cumprem jornadas diárias de até 12 horas e não recebem nada pela atividade realizada.

De acordo com MELLO (1998), o dado mais assustador é que mais da metade dessas crianças/adolescentes trabalhadoras pertencem a famílias em situação de pobreza, cuja renda *per capita* não ultrapassa a meio salário mínimo. Além disto, embora a idade média de início do trabalho infantil esteja entre 12 e 13 anos, sabe-se que em algumas atividades o ingresso se dá antes dos 10 anos. Inseridos de forma precoce no mundo do trabalho, realizam uma grande variedade de atividades, seja no setor primário da economia (corte de cana, sisal, extração de carvão, colheitas etc.), no secundário (aprendizes na indústria em geral); no terciário (“boys”, babás, guardas-mirim, patrulheirismo, empregadas domésticas, contínuos etc.), na chamada economia informal (trabalho de rua, camelô, baleiro etc.), em atividades domésticas (nas quais predominam as meninas) e até em ramos ilegais como prostituição e tráfico de drogas (NETO e MOREIRA, 1998).

Portanto, essas crianças encontram-se, em geral, inseridas em ocupações desqualificadas, de baixo rendimento, que não contribuem para o desenvolvimento infantil, quando não o prejudicam seriamente, ou seja, as ocupações que exercem aproximam-se muito do trabalho forçado e precário. Essa situação é uma demonstração clara de que não há qualquer compromisso com o futuro dessas crianças nem respeito ao ser humano em desenvolvimento, havendo pouca preocupação com sua dignidade pessoal, com sua cidadania, enfim, com sua inclusão social.

Uma das explicações apresentadas por CERVINI e BURGER (1991) e NETO e MOREIRA (1998) para essa dura realidade está relacionada à perpetuação, principalmente durante as décadas de 80/90, “de políticas de cunho economicista, que têm subordinado a sociedade civil ao mercado, relegando seus direitos básicos de cidadão e priorizando os chamados índices econômicos”. Essas políticas têm levado as famílias brasileiras ao empobrecimento, que é um dos fatores determinantes do trabalho precoce,

uma vez que o ingresso das crianças/adolescentes no mercado de trabalho é produto de uma decisão familiar influenciada pela posição que estas ocupam na estrutura social e por suas condições de acesso ao serviço público. Outro fator que estimula o trabalho infantil está relacionado à estrutura informal do mercado laboral, que oferece espaços apropriados à incorporação da mão-de-obra infantil. Esses macrofatores (pobreza e mercado de trabalho), conjugados ao sistema geral de valores dominantes na sociedade brasileira, com as eficiências de determinados bens e serviços sociais e com reduzida regulamentação e controle por parte do Estado e da sociedade civil, irão influenciar a incorporação efetiva da criança/adolescente no mercado de trabalho.

Nesse sentido, o trabalho infanto-juvenil relacionado, predominantemente, a uma estratégia de sobrevivência econômica das famílias mais pobres termina por impor às crianças/adolescentes um custo social elevado, que se reflete nas seguintes evidências:

A renúncia a um grau de escolarização maior, capaz de lhes garantir, no futuro, uma melhor colocação no mercado de trabalho;... uma sobrecarga de tarefas da qual resulta considerável desgaste físico e mental, pois a atividade laborativa é fonte de estresse emocional de origem social na infância e adolescência. Além disso, tal atividade diminui o tempo disponível da criança para seu lazer, vida em família, educação, e oportunidade de estabelecer relações de convivência com seus pares e outras pessoas da comunidade em geral (GOMEZ e MEIRELLES, 1997: 5).

Assim, o olhar da sociedade sobre esse fenômeno, em função de seus valores, da política social e do ordenamento jurídico vigente, tem buscado uma forma de justificar o trabalho infantil e, ou, desconsiderá-lo, reforçando a imagem distorcida sobre o mesmo, carregada de preconceitos e significações sociais. Essas representações se manifestam em condutas que chegam a ser institucionalizadas, reforçando toda uma situação de exclusão social, visto que não incorporam questões próprias e inerentes ao dia-a-dia da criança/adolescente.

Toda essa realidade contextual tem feito com que órgãos locais de assistência social, educação e da justiça de diversos municípios brasileiros, como é o caso de Boquim-SE, procurem implementar o PETI, que em parceria com os diversos setores do governo e da sociedade civil pretende erradicar o

trabalho infantil nas atividades consideradas “perigosas, insalubres, penosas e degradantes” (BRASIL, 2000).

Em função do objetivo central do Programa justifica-se o presente trabalho, que pretendeu examinar a realidade dinâmica do mesmo, na percepção de seu público-alvo, buscando, em última instância, contribuir para a garantia da cidadania e justiça social à criança/adolescente, fazendo valer os seus direitos, de acordo com o que preceitua o Estatuto da Criança e do Adolescente.

## **1.2. Objetivos**

### **1.2.1. Geral**

O objetivo geral deste estudo foi analisar a realidade dinâmica do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) no contexto socioeconômico do município de Boquim-SE, bem como examinar suas implicações sobre os sistemas integrantes do Programa: criança, microsistema familiar e suas formas de interação econômico-social.

### **1.2.2. Objetivos específicos**

Especificamente, procurou-se:

1. Caracterizar o status sociodemográfico das crianças/adolescentes e de suas respectivas famílias, bem como as características do seu habitat.
2. Analisar a realidade ou o envolvimento de implantação e gestão do Programa, examinando o contexto socioeconômico e institucional do município, assim como a visão e o posicionamento dos líderes comunitários.
3. Examinar as percepções da família e das crianças/adolescentes sobre os efeitos do Programa, em si mesmos e em seus modos de vida.
4. Identificar as redes sociais do público-alvo do Programa, em termos de suas características e formas de apoio.
5. Examinar as modificações no relacionamento pais-crianças e na interação escola-pais, com a implantação do PETI.

6. Analisar o desempenho e a adaptação da criança, com a implantação do PETI, por meio das modificações em seu desempenho educativo e na qualidade de vida.

## 2. REVISÃO DE LITERATURA

Procurou-se focalizar temas que estivessem de acordo com os objetivos e colaborassem com a discussão dos resultados. Para isto, subdividiu-se esta revisão nos seguintes tópicos: família e exclusão social; trabalho infantil e seus resultantes; ações gerais relacionadas à erradicação do trabalho infantil; o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) no município de Boquim-SE; e mecanismos de avaliação de políticas sociais, com ênfase em Programas que envolvem a criança e suas famílias.

### 2.1. Família e exclusão social

Apesar da dificuldade em definir o que seja família, tanto por sua complexidade como pelos diferentes “arranjos familiares” existentes, FUKUI (1998) procurou defini-la como um conjunto de relações baseadas em elo de sangue, adoção e aliança, socialmente reconhecidas; reconhecimento este que pode ser tanto costumeiro como legal. Considerou-se que ela pode ser abordada segundo três ângulos diversos e complementares: como condições materiais de vida, como instituição e como valor.

Como *unidade doméstica* preocupa-se primordialmente com as condições materiais, isto é, com a manutenção da vida: comer, vestir, abrigar e repousar. No passado, o grupo familiar tradicional era considerado uma

unidade de produção, quando se encarregava, ele próprio, da produção da maioria de seus meios de vida. Com os processos de industrialização e urbanização a família conjugal passou a delegar essa função à sociedade, principalmente com a intensificação da inserção da mulher no mercado de trabalho, visando melhorar as condições de vida das unidades familiares.

Como *instituição* a família pode ser entendida como um conjunto de normas e regras, historicamente constituídas, que regem as relações de sangue, adoção e aliança, sendo, assim, definidos a filiação e os limites do parentesco, da herança e da ocupação mais imediata e concreta. Esse conjunto de regras e normas está expresso nos costumes e na legislação.

A família também pode ser entendida como um conjunto de valores, definidos como ideologia, estereótipos, prescrições e imagens, ou seja, como representações sobre o que ela *é* e o *que deveria ser*. Historicamente, no mundo ocidental as formulações sobre a família couberam, primeiramente, à igreja, depois ao Estado e, posteriormente, à própria ciência.

CARVALHO (1995) focaliza a família, priorizando-a na agenda da política social. Segundo a autora, a política social não tem conseguido alterar o quadro de pobreza e exclusão social da família brasileira. Ao contrário, observa-se, a cada década, a ampliação das taxas de desigualdade social, ao mesmo tempo em que a concentração de renda atinge índices insuportáveis. Considera que a política social brasileira é marcadamente elitista, privilegiando, preferencialmente, os segmentos minoritários da população, já bem aquinhoados. De outro lado, pode também ser vista como assistencialista e tutelar, quando direcionada aos segmentos empobrecidos da população. Por este ângulo, a política social brasileira reflete uma cultura enraizada historicamente no Estado e na sociedade, que legitima o autoritarismo, a tutela dos dominantes e a subalternidade dos dominados. A resultante dessa simbiose – autoritarismo/tutela/subalternidade – tem gerado ações não eficazes de política social, no âmbito da população em situações de pobreza e de exclusão social.

O conceito de exclusão social remete-se à ideia de processo abrangente, dinâmico e multidimensional, que foi precedido na reflexão brasileira das categorias de pobreza e de marginalidade social. Atribui-se ao excluído, como afirma Martins (1997), citado por VERAS (1999), o fato de

estar em situação de carência material, mas, sobretudo, "ser aquele que não é reconhecido como sujeito, que é estigmatizado, considerado nefasto ou perigoso à sociedade". Neste contexto, DEMO (1998) entende a exclusão social como um processo que tem se intensificado com a globalização da economia, pela desregulamentação do mercado de capital e precariedade do trabalho, clivagem entre nações e entre indivíduos e grupos dentro de uma mesma nação. Ainda segundo o autor, essa clivagem não aponta tão somente para a tradicional divisão entre ricos e pobres ou entre os que têm e os que não têm bens e riquezas, mas indica, principalmente, os que estão dentro e os que estão fora do circuito das possibilidades de acesso e usufruto de bens, serviços e direitos, que deveriam constituir patrimônio de todos. Portanto, trata-se de uma divisão entre os que estão, sob todos os aspectos (econômico, social, político e cultural), confortavelmente instalados no seio da competitiva e moderna sociedade e aqueles que se encontram à margem desta.

A crescente interdependência causada pela globalização da economia e os conseqüentes ajustes econômicos dos planos de estabilização ocorridos nos últimos dez anos no Brasil, têm colocado a família brasileira em acelerado processo de empobrecimento, alterando profundamente sua estrutura, seu sistema de relações, seus papéis e suas formas de reprodução social. Segundo ROCHA (1997), dos 30,4 milhões de pessoas pobres do País, 23,96% encontram-se na zona rural; deste contingente 16,5% estão na Região Nordeste, o que demonstra que o estado de pobreza é diferenciado regionalmente.

As evidências empíricas têm mostrado que um crescimento com base na modernização tecnológica da produção, no aviltamento salarial, seguido de forte recessão e alto processo inflacionário, têm defasado bastante os ganhos familiares nas últimas décadas, lançando no subemprego ou desemprego grandes contingentes de chefes de família e forçando, assim, a entrada de outros membros familiares no mercado de trabalho, como é o caso das crianças/adolescentes.

De acordo com ROCHA (2000), o trabalho precoce tem sido estimulado, basicamente, pelas iniciativas/expectativas maternas, por necessidade econômica familiar. Além disto, a própria família tem procurado justificar o trabalho infantil como um mecanismo disciplinador, capaz de afastar

o segmento infanto-juvenil das más companhias e dos perigos da rua. A “escola do trabalho” é percebida como a verdadeira “escola da vida”. No entanto, o que o estudo revela sobre a percepção da criança/adolescente? Resultados apresentados pela referida autora mostraram que, principalmente com segmentos de baixa renda, tem ocorrido a valorização da aprendizagem pelo trabalho, em detrimento da aprendizagem escolar, influenciada pela visão imediatista, embora as crianças tivessem declarado que sentem falta de tempo “para brincar”, ou seja, de atuarem como crianças.

## **2.2. Trabalho infantil e seus resultantes**

A crise econômico-político-social que afeta o País de forma direta, principalmente nas classes sociais empobrecidas, tem levado as crianças e os adolescentes a abandonarem a escola, ingressando precocemente no mercado de trabalho e colocando, muitas vezes, em risco suas vidas. Essa situação compromete sua cidadania e nega as garantias fundamentais previstas na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). De acordo com as estimativas do IBGE (1999), há atualmente no Brasil cerca de 4 milhões de crianças trabalhando, sendo essa crescente exploração atribuída ao desemprego e à redução da renda média das famílias pobres. Neste contexto os pais, com a preocupação de aumentar os rendimentos da unidade familiar, têm inserido seus filhos no mercado laborial, levando à realimentação do círculo vicioso da pobreza e da miséria.

O trabalho infantil é um fenômeno histórico e universal visível em todas as partes do Planeta, mesmo nos países mais desenvolvidos. Remonta ao início das civilizações, com especificidades próprias de cada cultura, em uma determinada sociedade. Os estudos de ALVIN e VALADARES (1998) têm demonstrado que, na virada do século, uma grande mobilização foi registrada no Brasil para incluir a criança no trabalho. Desta forma, os autores relatam que

“considerável contingente de crianças pobres passam a compor o mercado de mão-de-obra, baseando-se na concepção da infância pobre como necessariamente perigosa e conseqüentemente ameaçadora” (p.36-7).

Por outro lado, DINIZ (1999) relatou que a literatura internacional passou a mostrar preocupação com a infância, com o surgimento da industrialização. Todos passaram a se preocupar com os altos índices de abandono, vadiagem e mendicância, constatados nos grandes centros da Europa, apresentando-se o universo fabril como a alternativa salvadora, mecanismo de afirmação, disciplina e ordem.

Em ARIÈS (1973) já havia sido constatado um questionamento sobre demanda da mão-de-obra infantil na indústria têxtil. Para o autor, o trabalho das crianças conservou uma característica da sociedade medieval: a precocidade da passagem para a idade adulta. “Toda a complexidade da vida foi modificada pelas diferenças do tratamento escolar da criança burguesa e da criança do povo”. Segundo o autor existe, portanto, um notável sincronismo entre a classe de idade moderna e a classe social: ambas nasceram no mesmo tempo, no fim do século XVIII, e no mesmo meio: a burguesia.

Especificamente no que se refere ao trabalho infantil no meio rural, DOURADO et al. (1999) discutem profundamente essa questão, penetrando no obscuro mundo da agroindústria da cana-de-açúcar, no Estado de Pernambuco. Assim, a exploração de crianças e adolescentes nas atividades agrícolas canavieiras só passou a ser objeto de preocupação dos formuladores de políticas mais recentemente. O interesse do Estado para com os trabalhadores rurais de cana-de-açúcar como um todo remonta a apenas 35 anos, a não ser no seu aspecto repressivo, que perdurou por mais de quatro anos.

Por muito tempo reivindicações trabalhistas específicas da infância não apareceram em movimentos expressivos dos canavieiros, como Ligas Camponesas ou Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, até a retomada das lutas coletivas, pois o trabalho das crianças era visto como parte integrante da força de trabalho familiar.

Em Pernambuco, em pesquisa realizada entre 1992 e 1993 pelo Centro Josué de Castro, estimou-se que em um quarto da força de trabalho havia a participação de crianças e adolescentes; 42,2% destes trabalhavam sem remuneração direta, tendo seu salário embutido no pagamento da força de trabalho do pai ou responsável. A realidade de exclusão dessa região guardava, no ano de 1996, resquícios do sistema secular de exploração da cana-de-açúcar, por meio do trabalho escravo.

As razões de os empregadores utilizarem crianças no corte de cana estavam condizentes com as necessidades de sobrevivência e de complementação de renda por parte das famílias que, tradicionalmente, trabalhavam nas empresas canavieiras, até por falta absoluta de opção e, sobretudo, pelo monopólio da terra, que proibia o acesso dos trabalhadores ao principal meio de produção da região. Considera-se que a falta de opções educacionais concretas tenha sido um dos grandes motores de preservação desse ciclo que se reproduz, de geração em geração, nas histórias de vida dos trabalhadores canavieiros. Essa questão histórica do trabalho infantil no Brasil foi discutida por RIZZINI (1999), ao afirmar que o país tem uma longa história de exploração da mão-de-obra infantil:

“As crianças pobres sempre trabalharam. Para quem? Para seus donos, no caso das crianças escravas da Colônia e o Império; para os “capitalistas”, do início da industrialização, como ocorreu com as crianças órfãs, abandonadas ou desvalidas a partir do final do século XIX; para os grandes proprietários de terras, com os bóias-frias; nas unidades domésticas de produção artesanal ou agrícola; nas casas de família e, finalmente, nas ruas, para manterem a si e as suas famílias.”

Ou seja, as raízes do trabalho infantil estão na experiência da escravidão, que foi repassada, demonstrando que a criança e o jovem trabalhador constituíam-se em mão-de-obra dócil, mais barata e com mais facilidade de adaptar-se ao trabalho.

O peso do aprendizado e do choque disciplinar era bem menor para a geração que vinha do campo do que para aquela proveniente da jornada dentro da fábrica. Esse exemplo de preparo para o trabalho industrial difere fundamentalmente das *Working Houses* inglesas, pelo fato de a autoridade de família sobre a criança ser mantida, pelo menos, fora dos muros da fábrica.

Em 1995, o Brasil possuía aproximadamente 8 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos inseridos no mercado laboral; 522 mil eram crianças de 5 a 9 anos que trabalhavam, a maioria na agricultura, o que afastava ainda mais as crianças da escola. Outro aspecto constatado é que o número de meninas trabalhadoras tem sido menor do que o de meninos. Este fato não significa que elas trabalhem menos. A dedicação exclusiva nos afazeres domésticos, sem escola, chegou a atingir quase 2 milhões de crianças

e adolescentes entre 10 e 17 anos. Cabe aqui destacar que a atividade principal das meninas trabalhadoras tem sido o emprego doméstico: há no País 822 mil trabalhadoras domésticas entre 10 e 17 anos de idade (RIZZINI, 1999).

Cabe, também, destacar que a relação entre a cor da pele e o trabalho infantil reflete a situação de desvantagem dos trabalhadores negros no Brasil. Normalmente eles ganham um terço do que recebem os brancos no exercício de ocupações desqualificadas, conseqüentemente seus filhos são mais pressionados a contribuir para o orçamento familiar. No entanto, após a maioria há uma inversão: o mercado de trabalho absorve proporcionalmente mais brancos, quando há maior exigência de escolaridade e qualificação.

VEIGA (1998) salienta que a defesa da criança e do adolescente e a garantia de seus direitos individuais como cidadãos são tarefas complexas. Há muito ela transcende à esfera da vida privada, ganhando terreno no plano do que se costuma chamar de “consciência coletiva”, projetando-se para a ação política na forma de Programas adotados por governos e pela sociedade, em escala doméstica e internacional.

NUNES (1999) explica que o Estatuto nasce para reordenar o atendimento à criança e ao adolescente, no sentido de oferecer a esse segmento garantias de uma vida digna, que se materialize na acessibilidade à saúde, à educação, à moradia e ao trabalho, tanto para as crianças quanto para seus pais e, ou, responsáveis. Entretanto, pressupõe-se que essa finalidade só poderá ser alcançada à medida que o texto não apenas expresse e realize a vontade geral da sociedade brasileira em resolver os problemas de suas crianças – vontade antiga que remonta às primeiras políticas sociais –, mas que esta se transforme em ações concretas, que revelem as lutas dos diferentes projetos sociais pela construção da democracia, da justiça e da igualdade entre nós, enfim, pela construção de uma cidadania individual e coletiva.

### **2.3. Ações gerais relacionadas à erradicação do trabalho infantil**

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) foi lançado oficialmente em 1996, pelo governo federal, no Estado do Mato Grosso do Sul, ficando estabelecida como meta inicial a absorção de 1.500 crianças e

adolescentes, residentes em 14 municípios do Estado. Após a implementação do Programa em Mato Grosso do Sul, outros Estados foram contemplados, envolvendo diversas atividades laborais. Em 1997, o PETI foi implantado nos canaviais de Pernambuco e, em seguida, na região sisaleira da Bahia. Em 1998, estendeu-se também à região citrícola de Sergipe e ao garimpo do município de Ariquemes, em Rondônia. O desafio que já se colocava nessa época era a transformação do PETI de Programa emergencial para política universal, uma vez que só o caráter de política poderá conferir-lhe a possibilidade de sua continuidade e a condição de direito social e universal, atingindo, assim, todas as crianças e adolescentes e trabalhadoras brasileiras. Entretanto, sabe-se que essa transformação requer uma tomada de consciência por parte do Estado e da sociedade civil, quanto à importância e ao significado do PETI para o futuro da sociedade brasileira.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, instituído pelo governo federal, é destinado prioritariamente às famílias com renda *per capita* de até um quarto do salário mínimo, visando eliminar, em parceria com os diversos setores governamentais e não-governamentais, o trabalho precoce, tanto na zona rural como urbana. Isso permite às crianças e aos adolescentes de 7 a 14 anos a ampliação de seu universo cultural e o desenvolvimento de seu potencial humano, tendo como principais referências o núcleo familiar, a escola e a comunidade. Para tanto, o Programa concede uma complementação mensal de renda às famílias, por meio da bolsa "Criança Cidadã", com a finalidade de facilitar o acesso, a permanência e o desempenho satisfatório de crianças e adolescentes na escola, como também introduz a jornada ampliada, visando desenvolver a criatividade e a potencialidade da criança/adolescente, através de atividades lúdicas, esportivas, artísticas e de socialização. Proporciona, ainda, apoio e orientação às famílias, implementando Programas e projetos de geração de trabalho e renda para elas, visando a auto-emancipação.

Em Pernambuco, a pesquisa "Trabalhadores invisíveis", realizada pelo Centro Josué de Castro, em 1992/93, pode ser considerada um marco inicial importante, cujo referencial básico consiste em deflagrar um movimento no sentido de erradicar o trabalho infantil. Essa pesquisa possibilitou a divulgação das condições precárias desse trabalho, como a ausência de equipamentos de

segurança; as condições de insalubridade, que acarretam a incidência de doenças respiratórias (tosse, pneumonia, coriza e dispnéia), dermatológicas e digestivas; e a ocorrência de acidentes constantes no trabalho, em virtude do uso de instrumentos inadequados à idade da criança. Permitiu, ainda, identificar a atividade laborativa infantil predominante na monocultura e industrialização da cana-de-açúcar na Zona da Mata. Os resultados obtidos contribuíram, de forma determinante, para a seleção dos 13 primeiros municípios do Estado de Pernambuco onde, posteriormente, foi implementado o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

Em 1992/1993, o Brasil participou do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC), lançado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), com o propósito de apoiar os países participantes a combaterem progressivamente o trabalho infantil, visando sua erradicação.

A indiferença, a ignorância e a negligência das autoridades, dos pais, dos mestres e do público em geral contribuíram significativamente para perpetuação e disseminação dessa questão social que, além de violar os direitos básicos da criança, agride a consciência e os princípios humanitários da sociedade. No Brasil, o impacto do IPEC pode ser auferido pela inclusão do tema “trabalho infantil” na agenda das instituições, em todos os níveis de debate e manifestações de organismos internacionais, do Governo e dos sindicatos. A análise dos resultados em cada instância de parceria demonstrou que, por meio de ações interdisciplinares e do desenvolvimento dos diferentes setores da sociedade, seria possível construir o caminho que levaria à solução do grave problema do trabalho infantil, isto é, a partir da efetiva participação de cada indivíduo em sua comunidade.

O Programa de ação do IPEC/Brasil contemplou uma ampla gama de atividades de abrangência nacional, realizando seminários e debates, inclusive com a participação do UNICEF. Dentre essas atividades destacam-se: o atendimento direto à criança trabalhadora; os treinamentos diversos; a elaboração de currículos e materiais didáticos para fiscais de trabalho não-governamentais; os acordos com agências da ONU e organizações não-governamentais; e a coleta e o processamento de informações, com vistas à formação de um futuro banco de dados sobre a situação do trabalho infantil no País.

Considerando a relação entre o trabalho infantil e o capital, o IPEC procurou pesquisar as razões para a contratação dessa força de trabalho, uma vez que existe no mercado a força laboral adulta, qualificada e especializada.

Para responder a essas questões, considerou-se que a mão-de-obra infantil não é reivindicatória nem legalizada, de onde a conclusão de que esta sua condição de “trabalhadora” não obedece às regras da legislação trabalhista, implicando, portanto, a desvalorização de sua força de trabalho. Por outro lado, em geral as atividades destinadas às crianças e adolescentes são aquelas que não exigem qualificação ou especialização, tratando-se de atividades auxiliares e mobilizadoras da agilidade física, fato prejudicial ao desenvolvimento motor, físico e intelectual das crianças.

Para confirmar esse pressuposto basta confrontar os dados disponíveis sobre as principais atividades laborativas da criança e do adolescente no Brasil, como o setor sucroalcooleiro, o sisal, as pedreiras, os garimpos e as carvoarias, que constituem alguns dos setores mais rentáveis no País. Vale ressaltar que a produção de açúcar e álcool nos canaviais de Pernambuco tem sido considerada, durante décadas, a principal atividade econômica deste Estado.

As atividades desenvolvidas pelo IPEC/Brasil abrangeram, no período 92/93, direta e indiretamente, mais de 15.000 crianças, além de 1.315 líderes sindicais e 554 educadores. Todos os parceiros do Programa, cada qual em sua respectiva área de atuação e de competência, contribuíram para obtenção dos resultados. Diante desse contexto, o Ministério do Trabalho deu início a um processo de definição de linhas de políticas concernentes ao trabalho da criança e da efetivação das leis nacionais, com vistas à eliminação do trabalho infantil.

Além das centrais sindicais, que se engajaram individualmente no processo, também a Fundação ABRINQ, pertencente aos fabricantes nacionais de brinquedos, teve marcante atuação nas atividades do IPEC/Brasil, em 92/93, com a produção de um filme denominado “Profissão Criança”. Este filme foi amplamente distribuído entre os órgãos governamentais, as instituições e ONGs, causando grande impacto com a exibição dos aspectos mais dramáticos do trabalho infantil.

Em 29 de novembro de 1994 foi instalado o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, que contava com a participação de organizações governamentais e não-governamentais, sindicatos e empresariado, bem como com o apoio técnico e financeiro da OIT e do Fundo das Nações Unidas para a Criança e o Adolescente - UNICEF.

Em 1995, a problemática do trabalho infantil no Estado do Mato Grosso do Sul foi prioridade na atuação deste Fórum, que visou a elaboração e aplicação de uma metodologia de intervenção naquele Estado. Em decorrência do número significativo de denúncias sobre a exploração do trabalho infantil em situações desumanas e degradantes, o Fórum promoveu melhor articulação entre as diversas organizações capazes de atuar na área de eliminação do trabalho infantil, objetivando sensibilizar e mobilizar os novos parceiros no sentido de aglutinar esforços a fim de intervir, de forma organizada, nas situações em que era constatada a presença do trabalho infantil.

Em nível estadual, observou-se forte mobilização alavancada pela Assembléia Legislativa e pela Comissão de Fiscalização de Carvoarias e Destilarias. A Secretaria de Estado de Assistência Social, em parceria com o governo de Mato Grosso do Sul, com base nas discussões ocorridas no âmbito do Fórum Nacional, elaborou um documento denominado “Projeto de Erradicação do Trabalho Infantil nas Carvoarias do Mato Grosso do Sul/Vale Cidadania”.

Se as normas e os princípios da Organização Internacional do Trabalho (OIT) tivessem sido observados e seguidos, possivelmente já teriam, no mínimo, reduzido a dimensão universal do trabalho infantil, considerando um fenômeno social que aflige o mundo inteiro. Quem sabe já teria se aproximado de seu objeto final, que é a eliminação definitiva do trabalho infantil em todas as suas manifestações servis e em situações de risco.

A implantação do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC) propiciou à OIT a oportunidade de assumir o trabalho infantil como tema prioritário às suas diretrizes e como objeto de uma ação conjunta, em nível internacional, no sentido de resgatar a criança trabalhadora das fábricas, das minas, das pedreiras e das ruas e devolvê-la ao seu lugar de direito – o lar e a escola –, de onde nunca deveria ter saído.

Para a OIT, o trabalho infantil não se reduz a simples índices estatísticos, que oscilam para cima ou para baixo de acordo com as vicissitudes econômicas e sociais de cada país. O problema não é apenas numérico, mas qualitativo. Não importa o número de crianças que trabalham, pois em relação ao trabalho infantil a política da OIT visa a sua eliminação total e definitiva, fundamentando-se em atividades educativas e, ou, lúdicas.

Segundo estatísticas disponíveis, de cada seis crianças da população mundial infantil uma trabalha. Este número corresponde a 100 milhões de crianças trabalhadoras, embora haja quem estime o dobro desse valor. Além disto, 95% dessas crianças trabalhadoras vivem nos países subdesenvolvidos. O mais grave é que por força da recessão econômica mundial esse mal vem crescendo e se expandindo. O trabalho infantil ocorre no mundo todo, até mesmo nos países industrializados e em todos os ramos da atividade econômica, tanto no setor formal quanto informal, tanto nas áreas urbanas quanto nas zonas rurais. Milhões de crianças, principalmente meninas, estão trabalhando em serviços domésticos, em países da África, Ásia e América Latina.

No que tange às normas, convenções e leis que proíbem o trabalho infantil, destaca-se a Convenção 138 da OIT, de 1973, conhecida como “Convenção de Idade Mínima”, que é a carta magna do trabalho infantil e um dos principais instrumentos internacionais para o combate deste tipo de trabalho, e que determinou que a idade mínima para o acesso ao trabalho “não deverá ser inferior à idade de conclusão da escolaridade compulsória ou, em todo caso, a 15 anos”. Posteriormente, a segunda convenção da OIT, a 182, complementou a Convenção 138, estabelecendo a “adoção de medidas imediatas e eficazes visando à proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil”. Ambas as convenções foram aprovadas pelos Decretos Legislativos nº 178 e 179, publicados do Diário Oficial da União, em 15 de dezembro de 1999, como também ratificadas em 20 de janeiro de 2000. A Convenção 182 da OIT preconizou que todo país-membro que ratificar as medidas deverá seguir

"uma política nacional que assegure a efetiva abolição do trabalho infantil e eleve, progressivamente, a idade mínima de admissão a emprego ou a trabalho a um nível compatível com pleno desenvolvimento físico e mental o jovem" (CIPOLA, 2000).

A Convenção 182 da OIT veda taxativamente a contratação de menores de 18 anos para execução de trabalho que possa prejudicar sua saúde, segurança e moral. A OIT não se limita à adoção de normas e diretrizes. Na realidade, não só se empenha para que suas normas sejam ratificadas por todos os países-membro, como também zela por sua fiel observância e aplicação prática, quando ratificadas.

No Brasil, a primeira versão da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), estabelecida em 1943, definiu como 14 anos a idade mínima para o ingresso no trabalho. Na década de 80, o País implementou forte mobilização em torno dos Direitos da Infância e Adolescência, o que culminou com a inscrição de prerrogativas na defesa desses direitos, incluídos na Constituição Federal de 1988. Com efeito, esses valores foram levados em consideração pela Constituição Brasileira em 1988, que elegeu a criança e o adolescente como prioridades nacionais. Em seu artigo 277, a referida Constituição afirma que

“é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à convivência familiar e comunitária, além de colocá-la a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Em seu artigo 205, estabelece que “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, em colaboração com os diversos segmentos da sociedade”. Além disto, no artigo 208, determina que “o ensino fundamental é obrigatório e gratuito para todos e também para os que não tiveram acesso a ele na idade adequada – 7 a 14 anos”. No caso da não-oferta ou da oferta irregular do ensino obrigatório, a autoridade competente será responsabilizada.

No que se refere ao trabalho infantil a Constituição de 1988, em seu artigo 7º, proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos, assim como proíbe qualquer trabalho a menores de 14 anos, salvo na condição de aprendiz. Posteriormente, a Emenda Constitucional nº 20, de 16/11/1998, alterou o artigo 277 da Constituição, ratificando a proibição de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Na década de 90, o grande marco com relação à legislação de proteção à infância e à adolescência foi a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que corresponde à Lei nº 8.069 de 13 de junho de 1990. Em seu artigo 4º, este estatuto afirma que

“é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária”.

No art. 60 ratifica a proibição do trabalho infantil, enquanto no artigo 62 considera que a condição de aprendiz diz respeito à formação técnico-profissional, ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação em vigor.

Em 7 de dezembro de 1993, o então Presidente da República Itamar Franco sancionou a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742, decretada pelo Congresso Nacional. Em seu artigo 1º, esta lei define que

“Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”.

E, no artigo nº 23, parágrafo único, prioriza a infância e adolescência, ao determinar que

“na organização dos serviços será dada prioridade à infância e adolescência em situação de risco pessoal e social, objetivando cumprir o disposto no artigo 227 da Constituição Federal e na Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990” (ECA).

No caso específico de Sergipe, constatou-se que a citricultura era uma atividade sazonal que empregava milhares de trabalhadores, e que destes grande parte era menor de 16 anos. Essa prática social tem gerado pressões de várias origens no mercado citrícola, inclusive de concorrentes norte-americanos. O Estado de Sergipe é responsável, anualmente, por cerca de 1% da produção brasileira total de sucos, recorrendo maciçamente ao trabalho infanto-juvenil em sua cadeia produtiva. As pressões mobilizaram o governo no

sentido de formular medidas emergenciais, como é o caso da bolsa “Criança Cidadã”, que já foi mencionada como aquela que proporciona às famílias um benefício de complemento de renda, para que retirem seus filhos do trabalho, encaminhando-os novamente à escola.

As principais justificativas para o uso intensivo de mão-de-obra infanto-juvenil refletem a condição de pauperização das famílias, sua escassez de oportunidades, bem como a impregnação dos valores culturais que favorecem essa prática, além de refletir a visão de empresários habituados a exercer seu poder de manipulação em comunidades fragilizadas pela miséria e ignorância. Assim como na história das “mãozinhas” no algodão, o uso de força de trabalho infantil é justificado pelo fato de que “...elas são mais ligeiras e podem subir nas árvores sem quebrar os galhos”. Este era o aspecto que interessava e, como tal, constituía o único fator a ser levado em conta.

As tarefas realizadas por crianças e adolescentes reduziam-se àquelas relacionadas à safra e comercialização do produto. Exigiam intensa movimentação e uso do corpo em atividades, como subir em árvores e colher frutos, catar laranjas no solo, encher os sacos ou caixas de 30 a 50 kg e levá-los para caminhões, que os transportavam até o mercado consumidor.

No final de 1996 e início de 1997, mediante denúncias da imprensa falada e escrita e da fiscalização dos órgãos competentes, houve um movimento de mobilização da sociedade sergipana, que reuniu vários representantes de diversos segmentos no sentido de prevenir e erradicar o problema do trabalho infantil na região citrícola, que abrangia 14 municípios. Inicialmente reuniram-se representantes de diversos órgãos governamentais representantes do Estado e municípios, de ONGs, da CUT, do Dieese, dos sindicatos, dos Conselhos Tutelares e dos Direitos da Criança e Adolescente, da Pastoral da Criança, do Ministério Público entre outros, formando uma comissão voltada para a questão infantil, nas suas diversas formas de exploração. Vale ressaltar que nessa região citrícola, além da produção de cítricos, as atividades abrangiam ainda a olaria, a pedreira, a pesca, entre outras. Nessas atividades, a mão-de-obra infantil era muito explorada desde a mais tenra idade, sob o pretexto de “aprendiz”, segundo a concepção familiar, pois a criança saía dos “cueiros para o mundo dos adultos” e, nesse contexto, era negada à criança a vivência de sua infância.

Em 1997, foi elaborado o Plano Estratégico de Combate à Exploração do Trabalho Infantil para a região citrícola do Estado de Sergipe, pela Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil/SE, que foi aceito pelo governo federal (ACIOLLI, 1997). Em dezembro do mesmo ano, os 14 prefeitos assinaram um compromisso com o governo do Estado, em evento realizado na Secretaria de Ação Social, com a presença do governador, da Secretária de Ação Social, da Comissão Elaboradora do Plano e demais representantes da sociedade e de ONGs que, preocupados com as condições de vida das crianças/adolescentes e suas famílias, reuniram-se para determinar e assumir as estratégias de retirada dessas crianças e adolescentes do trabalho e investimentos na educação, além da geração de emprego e renda para os demais membros adultos da unidade familiar.

Em julho de 1998 o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil foi implantado na região citrícola, atendendo inicialmente a 5.000 crianças, que estavam distribuídas nos 14 municípios, conforme a realidade destes, mantendo os mesmos objetivos e diretrizes do Programa em nível nacional. Na região citrícola de Sergipe, o valor da bolsa “Criança Cidadã” é de a R\$ 25,00 para as crianças da zona rural e R\$ 40,00 para as crianças da zona urbana. As prefeituras, para dar andamento à jornada ampliada, recebem por cada criança uma verba do governo federal no valor de R\$ 20,00 para as crianças da zona rural e de R\$ 20,00 ou de R\$ 10,00 para as da zona urbana. A forma de pagamento é por meio de agências oficiais ou agências de correio.

A avaliação feita pela sociedade, que vem se distinguindo como um mecanismo importante no processo da construção democrática das políticas públicas, mostra o bom funcionamento do Programa.

Não obstante, ainda é latente a preocupação com a fragilidade das Políticas Sociais, a descontinuidade dos Programas e o distanciamento entre aquilo que se vê, o que é vivenciado e o que é projetado, sem conhecer a profundidade da realidade. Para isto, faz-se necessária à mobilidade a participação do cidadão/família nos movimentos sociais e, principalmente, o empoderamento parental, a fim de garantir a sua cidadania.

## **2.4. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) no município de Boquim-SE**

O PETI, implantado em 1998 no município de Boquim-SE, surgiu em função do uso intensivo da mão-de-obra infantil na produção citrícola. Dados secundários da história do ciclo da laranja em Boquim, fundado em 1870, permitem constatar que a fase construtiva e evolutiva desse município aconteceu nas décadas de 60/70/80, ou seja, quando a citricultura comercial começou a sofrer transformação, partindo para uma produção em escala industrial.

Assim, o apogeu da laranja foi nas décadas de 70 a 80, pois o que o agricultor produzia em 10 ha de terra proporcionava-lhe uma renda para viver como um membro de classe média, isto é, tendo filhos na universidade, residindo em uma boa casa, com carro do ano, apartamento em Aracaju e outros bens. Nesta época havia boa movimentação financeira em Boquim, com várias agências bancárias e uma boa infra-estrutura, relacionada a serviços, para proporcionar condições de vida decente, em termos de escolas, saúde, postos telefônicos e práticas comunitárias.

A partir da década de 90 iniciou-se a decadência da região citrícola, com a queda na produção de laranja, em razão das próprias condições climáticas, pragas e diminuição do índice pluviométrico, visto que a chuva é essencial, principalmente na florada. Em função dessa decadência, as famílias viram-se obrigadas a fazer uso de quase todos os membros familiares, inclusive das crianças, com objetivo de sobrevivência.

Em maio de 1997, o primeiro Fórum foi realizado no município de Boquim-SE, objetivando discutir a problemática do trabalho infantil na região. Compareceram os representantes dos 14 municípios que compõem a região citrícola e alguns órgãos como: Secretaria da Ação Social do Estado, DRT/Se, SAS/SE, Ministério da Justiça, Universidades, ONGs, Sindicatos, um representante da SAS do Ministério da Previdência Social-DF e toda a Sociedade Civil Organizada, pais, mestres e outros. Neste Fórum foi elaborada a denominada “Carta de Boquim”, que foi entregue ao então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em sua visita a Sergipe e ao município

de Boquim, em 12 de junho de 1997. Em face da leitura deste documento, o Presidente comprometeu-se a analisar a situação das crianças trabalhadoras da região, assim como a problemática da citricultura como um todo, bem como as condições de vida das famílias e seu processo de empobrecimento.

Portanto, a partir de 1998 foi implantado o PETI em Boquim-SE, inicialmente com 800 crianças, que passaram para 1.000 e 1.400 anos nos anos de 1999 e 2000, respectivamente. Inclusive em 2000, à gestão do município de Boquim-SE foi outorgado o prêmio “Prefeito Amigo da Criança”, pela Fundação ABRINQ, como reconhecimento ao empenho desse administrador e sua equipe técnica em atender às normas de melhoria da qualidade de vida das crianças, adolescentes e seus familiares, no município. Além disto, o município foi contemplado com mais de 200 bolsas, o que implicava a ampliação do Programa e, conseqüentemente, maior atenuação da situação de pobreza das famílias.

Em 2001 iniciou-se um novo período político, com a renovação de prefeitos em algumas das prefeituras dos 14 municípios e a reeleição de outros. Em Boquim, especificamente, o novo Prefeito e sua nova equipe deram continuidade aos trabalhos do PETI (que contava com 1.570 crianças), modificando sua atuação conforme a dinâmica social e a realidade local. A prefeitura, juntamente com a Secretaria de Ação Social do Estado, promoveu a qualificação de alguns educadores da jornada ampliada e implantou o “Projeto Baú de Leitura”, em seis municípios da região citrícola, inclusive Boquim, com a iniciativa do UNICEF, a fim de incentivar a leitura e dinamizar o processo educacional das crianças e dos adolescentes.

Nesse mesmo ano, Boquim, assim como o Estado de Sergipe, perdeu um grande líder, que fora uma criança trabalhadora nas plantações de laranja e um dos fundadores do Sindicato dos Trabalhadores da Citricultura, além de ter sido eleito vereador do município. Ele sempre denunciou, na imprensa falada e escrita, a ocorrência de irregularidades relativas ao Programa e à exploração da mão-de-obra infantil.

No ano de 2002, o Programa sofreu algumas modificações, em nível federal, estadual e local, destacando a idade de atendimento do PETI, que passou a ser de 7 a 15 anos (MPAS, 2002).

## **2.5. Mecanismos de avaliação de políticas sociais, com ênfase em Programas que envolvem as crianças e suas famílias**

De acordo com PEREZ (2001), a expansão das pesquisas de avaliação de políticas deu-se principalmente nos Estados Unidos, a partir dos anos 60, no momento de consolidação dos programas de combate à pobreza. Esses Programas federais americanos foram importantes marcos no desenvolvimento dessas pesquisas, a partir do caso de Pressman e Wildasky sobre a implementação de um Programa na cidade de Oakland (Califórnia), no início dos anos 60. Entretanto, as bases dessas pesquisas empíricas (inquéritos, avaliação pluridisciplinar), que se relacionam primeiramente aos domínios dos Programas educativos e sociais, assentaram-se tanto na ação do poder federal do *New Deal*, quanto na orientação intervencionista das ciências sociais “aplicadas” às conseqüências da ação governamental.

Para LOBO (2001), uma das primeiras observações sem ordem de principalidade remete à diferenciação entre uma avaliação *ex-ante* e a que é feita posteriormente à execução do programa. A primeira sempre foi muito estimulada e induzida nos programas financiados pelos organismos multilaterais de financiamento, principalmente aqueles voltados à infra-estrutura econômica e ao desenvolvimento urbano. Trata-se da análise do custo-benefício, de custo-efetividade, das taxas de retorno econômico dos investimentos previstos. Quando o assunto são programas sociais a situação se complica, pois as fórmulas e metodologias existentes para uma avaliação *ex-ante* não condizem com as questões tratadas em áreas sociais, principalmente no que diz respeito à educação e saúde.

Com relação à avaliação *ex-post*, LOBO (2001) diz que é esta que vai trabalhar com impactos e processos. Ela ocorre após a execução e, eventualmente, faz algum tipo de avaliação. Outra diferenciação que a autora faz está relacionada com a avaliação e o acompanhamento, sendo este último analisado historicamente com um sentido meramente físico-financeiro, para cumprir com determinações burocráticas e, ou, legais emanadas dos órgãos de controle. Embora tenha sido observado que é a forma de acompanhamento que influenciará a possível posterior avaliação dos programas, deve-se entender que a característica burocrática-formal do acompanhamento realizado

influenciará e institucionalizará a forma privilegiada de avaliação que terá. Portanto, durante uma avaliação deve-se levar em conta a questão dos aspectos teóricos subjacentes aos Programas sociais que estão sendo executados. Quando se negligenciam esses aspectos, corre-se o risco de compreensão estreita e distorcida sobre o que realmente se está avaliando.

Outro aspecto complicador, no caso de avaliação de impactos, refere-se à capacidade explicativa de um único tipo de intervenção, propiciada por determinado programa, justificar alguma mudança na situação a ser equacionada. Os efeitos positivos ou negativos das intervenções de caráter social, geralmente, ocorrem em função de um conjunto de intervenções, simultâneas ou não, que são realizadas em determinado espaço. Deve-se lembrar o aspecto de caráter macro, como a situação mais ou menos estabilizada da economia do país, como sendo definitivo para propiciar um ambiente diferente, mais ou menos fértil, para as intervenções governamentais na área social.

LOBO (2001) menciona ainda que, em se tratando de processos, a avaliação deveria se estruturar de forma que fossem privilegiadas as análises qualitativas. Nesse contexto, GUATTARI (1995) cita a “ecosofia”, considerando que os programas deveriam ser avaliados de acordo com as três ecologias: mental, social e ambiental, ou seja, deveriam ser focalizadas as percepções e relações de pessoa com outras pessoas com o ambiente e com a própria subjetividade humana.

Para CARVALHO (2001), a concepção restrita que ainda se guarda sobre a avaliação faz dela um procedimento aprisionado pela busca da objetividade – traduzida em dados qualitativos – e pelo olhar à distância, ainda praticado pela investigação científica nesse campo, ou, ainda, pela busca de um exame quase linear do desenvolvimento do programa correlacionado às suas metas iniciais.

Faz-se necessária uma concepção totalizante da avaliação, que busque apreender a ação desde sua formulação, implementação, execução, resultados e impactos. Portanto, não é uma avaliação apenas de resultados, mas também de processos. A idéia de processo supõe variações político-institucionais, num *continuum* de tempo e espaço (LOBO, 2001). Não é uma avaliação que apenas mensura quantitativamente os benefícios ou malefícios

de uma política ou Programa, mas que qualifica decisões, processos, resultados e impactos. Assim, avaliar políticas e programas sociais tornou-se um desafio tanto para os centros de pesquisas quanto para governos. Principalmente os governos dos países em desenvolvimento, que estão sendo pressionados pela comunidade nacional e internacional, pela sociedade civil organizada e pelos usuários dos serviços sociais em particular a apresentar maior efetividade do gasto público e maior eficácia dos serviços/Programas ofertados.

Portanto, deduz-se que os programas possam ter resultados e impactos esperados e não-esperados, imediatos e de médio prazo. Outra de suas especificidades é a de que toda decisão e sua implementação no campo social estão permeadas de opiniões, valores, pautas culturais, demandas e pressões sociais, que estão em constante embate e negociação, formatando esse processo e interferindo nos seus resultados.

Não se pode, de forma alguma, falar da problemática da criança e do adolescente inserido no mercado de trabalho sem falar de Gestão e Avaliação de Políticas e Projetos Sociais. CARVALHO (1999) refere-se à gestão social como a gestão de ações sociais públicas. Ela é, na realidade, a gestão das demandas e das necessidades dos cidadãos. A política social, os Programas sociais e os projetos não são apenas canais dessas necessidades e demandas, mas também uma forma de dar respostas a elas.

As compressões políticas e econômicas globais, as novas demandas de uma sociedade complexa, os déficits públicos crônicos, a revolução informacional, a transformação produtiva, o desemprego e a precarização das relações de trabalho, a expansão da pobreza e o aumento das desigualdades sociais são alguns dos tantos fatores que engendram demandas e limites, pressionando, por novos modos, a gestão da política social. De acordo com os esclarecimentos de ÁVILA (1999), a gestão da política social deveria estar ancorada na parceria entre Estado, sociedade civil e iniciativa privada, bem como em um valor social, que é o da solidariedade. Há, também, a consciência de que não bastam políticas, pois são fundamentais as premissas e as estratégias que embasam seu desenho, isto é, o direito social como fundamento da política social. Enfim, um novo equilíbrio entre políticas universalistas e focalistas, a transparência nas decisões da ação pública na

negociação e na participação, ou seja, a necessidade de uma avaliação das políticas e dos Programas sociais nos moldes do PPP (método do planejamento, processo e produto), avaliando-se, continuamente, cada etapa para que seja possível, como afirma PÁDUA (1997), obter indicadores de eficácia das atividades e estratégias adotadas ao longo do tempo.

Na concepção de Viana e Silva (1989), citados por SILVA e SILVA (1997), a análise de políticas sociais é um campo de estudo em expansão, particularmente a partir da década de 70, e no Brasil mais especificamente a partir dos anos 80, devido às exigências para financiamento de programas. Todavia, ainda não se verificou uma tradição de avaliação sistemática de Programas governamentais voltados para a área social.

Figueiredo e Figueiredo (1996), também citados por SILVA e SILVA (1997), afirmaram que a preocupação fundamental dos cientistas políticos, no campo de avaliação das políticas públicas, é estudar o processo de tomada de decisões e os fatores que o influenciam. Além disto, questionam o fato de que a subárea de avaliação de política vem sendo marcada, recentemente, pelo viés comportamental e neutralista, ou seja, estuda-se a eficácia das políticas, descartando a avaliação política dos princípios que as fundamentam e, conseqüentemente, seu próprio conteúdo substantivo.

“A avaliação de política deve consistir na ‘análise e elucidação do critério, ou critérios que fundamentam determinada política, isto é, nas razões que a tornam preferível a qualquer outra’. Todavia, a avaliação não deve se restringir à mera análise conceitual de princípios, explícitos ou implícitos, ou seja, a uma análise puramente política.” (SILVA e SILVA, 1997).

Cabe, ainda, o registro de dois tipos básicos de avaliação: de processo e de impactos. A avaliação de processo visa aferir a eficácia, verificando se o Programa está ou não se desenvolvendo conforme as diretrizes preestabelecidas permitindo, portanto, desenvolver o controle antecipado do tamanho e da qualidade do efeito desejado. Por outro lado, a avaliação de impactos é mais ampla e mais complexa, por procurar captar os efeitos do programa sobre a população-alvo, tendo como intenção subjacente estabelecer a relação de consensualidade entre a política e as alterações nas condições sociais.

Considera-se que a avaliação é a base necessária para implementação

efetiva e modificação inteligente de programas atuais. Neste ponto a avaliação é, provavelmente, mais importante do que o acréscimo de novas leis a uma já extensiva. A avaliação irá proporcionar a informação necessária para redirecionar as ações de programas desestruturados, apoiar e fortalecer completamente programas eficientes e derrubar aqueles que simplesmente não estão preenchendo os objetivos pretendidos, quando os programas foram originalmente transformados em lei.

A essência da avaliação é a comparação entre o resultado - o que aconteceu que não teria acontecido na ausência do Programa? – e a eficácia relativa que procura avaliar que estratégias ou projetos, no interior do programa, funcionaram melhor. O propósito da avaliação é proporcionar, aos administradores e formuladores de políticas, informação objetiva sobre o custo e os efeitos de Programas nacionais e projetos locais, auxiliando, deste modo, na gerência efetiva e na alocação de recursos limitados.

A experiência com o planejamento social ensina que dois fatores precisam ser levados em consideração quando se desenvolvem e se executam programas públicos: qualquer curso de ação tem muitos resultados possíveis e qualquer ato possui uma probabilidade de erro inerente a ele. Não se pode prever, com certeza, que resultados irão advir de políticas específicas nem se deve lograr excesso de confiança de que a implementação dessa política irá se conformar ao projeto. Ambos os fatores implicam que a determinação antecipada dos efeitos é necessária, visto que colabora no alcance e, possivelmente, no redirecionamento dos objetivos do programa, considerando a escassez dos recursos diante da satisfação das necessidades sociais críticas.

Eradicar ou não o trabalho infantil? Esta é uma polêmica gerada pela falta de comunicação entre os envolvidos na questão: as crianças, as famílias e os planejadores das políticas sociais. A participação de crianças e adolescentes no planejamento das ações é uma questão nova no Brasil. Cada vez mais se torna indiscutível, para aqueles que fazem uma reflexão crítica sobre o tema, a realização de eventos de divulgação e discussão do trabalho infantil, sem a participação efetiva dos pequenos trabalhadores e suas famílias. Os programas são elaborados nos gabinetes, longe dos olhos de quem pretende beneficiar. Dentre os diversos programas criados para atender a criança e adolescentes, como Brasil Criança Cidadã, PETI, Bolsa Escola,

Programa Renda Mínima e outros, constata-se que eles foram idealizados dentro de uma concepção intergovernamental, de caráter intersetorial, destinando-se a proporcionar assistência às famílias vulneráveis pela pobreza e exclusão social. Mas até que ponto essa pobreza e exclusão social são reduzidas ou eliminadas, se não ocorrer o empoderamento parental? Daí a importância de uma avaliação contínua, tanto do planejamento, como do processo e produto.

Nesse sentido, as Nações Unidas aprovaram, nas últimas décadas, algumas regras em termos de programas sociais destinados ao combate da prática de exploração do trabalho infanto-juvenil, dentre as quais podem-se citar: oportuna realimentação a respeito dos efeitos positivos e negativos dos programas em andamento, para assegurar o planejamento, sua administração e resultados produtivos, ou seja, a avaliação dinâmica dos programas sociais é fundamental para seu sucesso ou sua efetividade social.

### 3. MODELO TEÓRICO E ANALÍTICO

#### 3.1. Modelo teórico

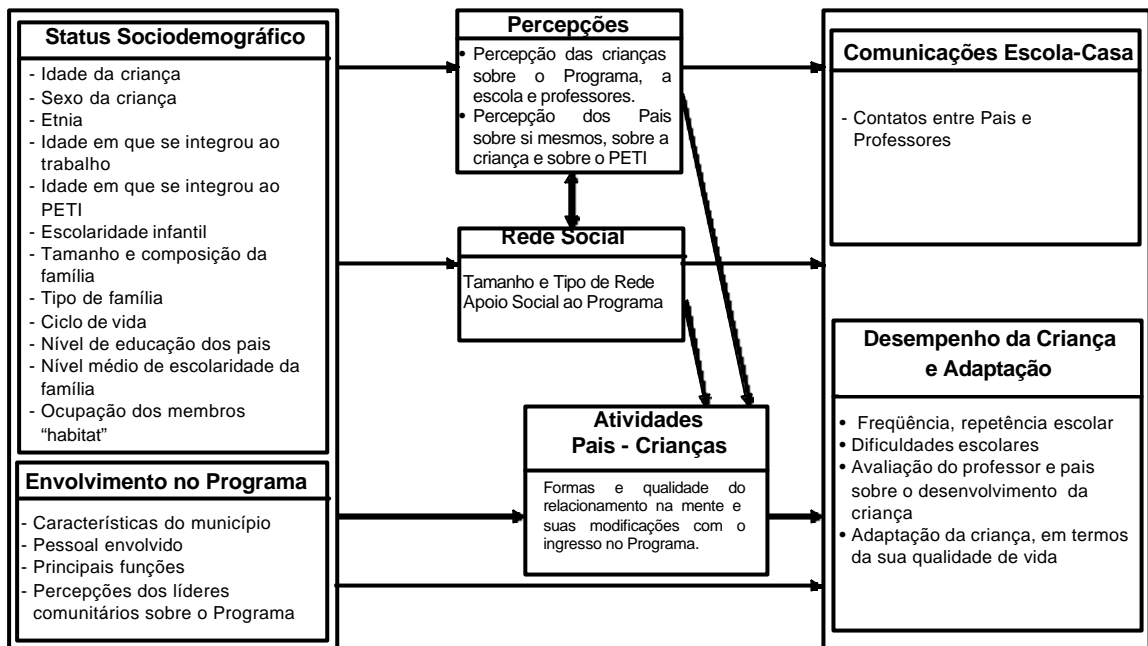
O modelo teórico a ser utilizado no presente estudo baseou-se num Programa de pesquisa sobre questões familiares proposto por COCHRAN (1988), cujo objetivo era identificar os aspectos debilitantes de um programa de atendimento a famílias americanas com filhos pequenos, visando identificar e formular estratégias que proporcionassem o *empowerment* (empoderamento) familiar. O referencial teórico no qual Cochran e seus colaboradores se basearam, está fundamentado na abordagem da ecologia do desenvolvimento humano de Bronfenbrenner (1979), que enfatiza a importância da abordagem sistêmica, na qual um conjunto de estruturas ou sistemas ambientais cada um distinto do outro, mas todos interligados, pode prover o desenvolvimento de todo o contexto. O autor considera que a estrutura mais diretamente envolvida com a criança é a família, que deve ser o centro da intervenção de qualquer Programa que esteja relacionado com a questão ou os assuntos familiares. A segunda estrutura mais imediata à família está relacionada ao sistema social informal de suporte familiar, constituído por uma rede pessoal de relações e de intercâmbios com parentes, amigos, vizinhos e colegas de trabalho (*personal social networks*). Um terceiro sistema, um pouco mais distante da criança, mas

com poder influenciador dado ao seu impacto sobre os pais, são as instituições culturais e econômicas, como local de trabalho, escolas, igreja, serviços públicos.

A hipótese dessa abordagem é de que toda família, com sua variedade de formas, possui força e uma esperteza especial para estimular a criatividade e o desenvolvimento da criança. Reforçar esses poderes implica o empoderamento parental que é essencial no desenvolvimento e na implementação de qualquer programa de suporte à família e às crianças. Outros importantes fatores para a perspectiva do empoderamento parental estão relacionados à percepção que os pais têm de si próprios como pais; às atividades entre pais e filhos e à rede social de intercâmbios, baseados no suporte mútuo. Para implementação do programa deve-se prover um exame sistemático de todas essas estruturas ou fatores, que irão refletir o sucesso ou a falha do programa.

É importante ressaltar que a ênfase na sustentação do programa não está nos processos possíveis de intervenção assistencialista, mas naquelas ações que ressaltem, preferivelmente, os pontos fortes das famílias, para que os resultados do programa de empoderamento parental sejam positivos, uma vez que os mesmos são examinados por meio do desempenho e do ajustamento da criança à escola e à família.

Com base nessa abordagem foi proposto, conforme apresentado na Figura 1, o modelo teórico utilizado na presente pesquisa, no qual são contemplados os três sistemas: famílias, crianças e redes sociais de intercâmbio. Com respeito ao público-alvo do programa, que é constituído de criança/família, procurou-se delinear seu status sociodemográfico, cuja caracterização tem influência sobre as percepções e sobre a rede social de intercâmbios da unidade familiar, que, por sua vez, influenciam as atividades entre os pais e a criança. Todas essas estruturas interligadas, mais o grau de envolvimento do programa podem afetar positiva ou negativamente, os resultados do mesmo, examinados pelo desempenho e pela adaptação da criança, bem como pelo grau de interação entre a escola e a família, cujas circunstâncias de vida terão efeitos não somente em suas relações com a escola, mas em todos os sistemas. Por esta razão, o modelo é conhecido por empoderamento parental, isto é, “parental empowerment”.



Fonte: COCHRAN (1988), com adaptações.

Figura 1 – Modelo teórico para avaliação de programas sociais, segundo o enfoque do desenvolvimento humano, em um contexto ecossistêmico.

### 3.2. Modelo analítico

Com base no modelo teórico apresentado na Figura 1 foi estruturado o modelo analítico, que consiste na identificação e forma de operacionalização das variáveis componentes de cada domínio ou sistema.

#### 3.2.1. Caracterização do status sociodemográfico da criança e do microsistema familiar

A caracterização do status sociodemográfico das crianças e do seu microsistema familiar foi dimensionada em função de certas variáveis, a seguir mencionadas.

### **3.2.1.1. Perfil ou características pessoais das crianças/adolescentes**

As características pessoais das crianças/adolescentes foram obtidas por meio de questionário, com perguntas estruturadas sobre:

- **Idade atual:** medida por números de anos.
- **Sexo:** com base nas categorias masculino e feminino.
- **Etnia:** dimensionamento como branco, negro e pardo.
- **Idade em que se integrou ao trabalho:** medida por números de anos.
- **Idade em que se integrou ao PETI:** medida por números de anos.
- **Escolaridade infantil:** medida pela última série cursada.

### **3.2.1.2. Perfil sócio-econômico das famílias**

Baseando-se na abordagem ecossistêmica, a família foi definida neste estudo, como um sistema em que os indivíduos crescem, desenvolvem-se e satisfazem suas necessidades, estando em permanente interação com outros sistemas (sociocultural, econômico e político), recebendo destes as influências (SILVA, 1998).

Na caracterização socioeconômica da família foram utilizadas as seguintes variáveis:

- **Tamanho e Composição da Família:** número de membros que residem na unidade doméstica; que não residem e contribuem com o orçamento doméstico; que não residem e dependem do orçamento doméstico (mãe com filhos) e número total de filhos por sexo.

- **Tipo de Família:** família nuclear (pai, mãe e filhos); monoparental (pai ou mãe, filhos); extensa (pai, mãe, filhos e outros parentes) e composta (pai, mãe, filhos e outros membros não familiares).

- **Ciclo de Vida das Famílias:** formação (casal sem filhos ou com filhos menores de 14 anos); intermediária ou de maturação (casal que possui filhos adolescentes, maiores de 14 anos) e dispersão (casal acima de 50 anos, com filhos adultos e parte deles fora de casa).

- **Nível de Educação dos Pais:** até que séries cursaram.

- **Nível Médio de Escolaridade da Família:** número de anos de estudo de cada membro familiar acima de 14 anos.

- **Renda Familiar Total:** medida em real, sendo considerado o somatório da renda de todos os membros da família.

- **Ocupação:** principais atividades desenvolvidas pelos membros da família nos mercados formal e informal e se têm carteira profissional assinada.

- **Habitat Familiar:** como o microssistema familiar representa a família e seu ambiente mais imediato, procurou-se dimensionar alguns aspectos desse meio ambiente relacionado ao "habitat" da unidade familiar, por meio de: **local de residência** – caracterizado como urbano ou meio rural; **habitação** – dimensionada pelo tipo de construção: se suas paredes eram construídas de bloco ou de taipa; **estrutura física da residência** – medida pelo número de cômodos da moradia; **saneamento básico** – dimensionado pela presença de rede de esgoto e pelo abastecimento e armazenamento de água, bem como de filtro (sim/não); e **presença de instalação de rede elétrica**, dimensionado dicotomicamente (sim/não).

### **3.2.2. Envolvimento no Programa**

Para análise do envolvimento no programa procurou-se, inicialmente, realizar uma caracterização do município para contextualizar sua realidade em termos de população, situação socioeconômica, condições de saúde e educação, segurança urbana, infra-estrutura e serviços urbanos por habitante. Além disto, foi identificado, de alguma forma, todo o pessoal envolvido com o programa e quais eram as funções por ele desenvolvidas (cursos, treinamentos, assessorias etc.), bem como as percepções que os líderes comunitários tinham sobre o PETI.

#### **3.2.2.1. Características do município**

A caracterização demográfica e socioeconômica do município de Boquim foi realizada através de coleta de dados de fontes secundárias (SEPLANTEC, 1994), destacando-se:

**População:** número de habitantes totais (em unidades); população economicamente ativa por setores, sexo e grupo de idade (em porcentagem), e população ocupada por setores econômicos.

**Situação Socioeconômica:** operacionalizada levando em consideração o tamanho do município (medido em km<sup>2</sup> e número de

povoados); número e tamanho de propriedades agrícolas (unidade em ha); estrutura fundiária ou posse da terra pelo produtor (medida pelo valor percentual de proprietários, arrendatários, parceiros e ocupantes); tipo e volume de produção agrícola (em toneladas); renda anual total e *per capita* (em reais); número de estabelecimentos comerciais/habitantes e taxa de urbanização com valores percentuais.

**Saúde:** medida por dados secundários relativos à esperança de vida ao nascer (em anos); taxa de fecundidade total (por mil mulheres); número de óbitos de residentes por grupo de idade (em unidades); taxa de mortalidade infantil (em unidades por nascidos vivos); número de profissionais de saúde e número de hospitais/posto de saúde/laboratório de análises clínicas.

**Educação:** operacionalizada pela taxa de analfabetismo (em porcentagem); pelo número de estabelecimento de ensino e pelo número de alunos matriculados no ensino fundamental, médio e superior.

**Segurança Urbana:** equipamentos de segurança pública/hab., taxa de criminalidade (assassinatos e roubos) e taxa de acidentes de trânsito/hab.

**Infra-Estrutura Urbana:** analisada por meio do percentual de domicílios com rede elétrica, esgoto sanitário e água encanada.

**Serviços Urbanos por Habitantes:** agências bancárias, telefones privados, postos de gasolina, bancas de jornal/revistas, telefones públicos, pontos de táxi, agências dos correios e viação de transporte coletivo municipal e intermunicipal.

### **3.2.2.2. Pessoal envolvido e principais funções**

A identificação do pessoal envolvido foi operacionalizada por aquelas instituições (número e especificação) que tinham tido alguma participação no PETI; detectando suas funções. Além disto, procurou-se, por meio de discursos e de depoimentos, identificar qual era a percepção ou visão que os líderes comunitários (planejadores e executores) tinham sobre o programa e seus efeitos.

### **3.2.3. Percepções**

Outro fator interveniente no modelo teórico de avaliação de programas sociais está relacionado às percepções, ou seja, aos relatos e discursos feitos pelas crianças sobre o programa em si, sobre a escola e seus professores, principalmente sobre suas vidas antes e depois do ingresso delas no PETI. Foi considerado, ainda, a percepção ou o significado do programa para os pais, o efeito desse na vida das crianças e, também, a percepção que eles tinham sobre si mesmos.

### **3.2.4. Rede social**

Outro componente do programa diz respeito à rede social de intercâmbios, tanto da criança como de sua família, dimensionado pelo tipo e tamanho da rede e pelo apoio social ao programa.

No caso das crianças, por sua própria faixa etária, os principais elementos de sua rede estão relacionados às suas amigadas. Assim, no segmento infantil, foi analisado o componente amizade, operacionalizado como: existência de boas amigadas, compartilhamento de intimidades com seus amigos e se havia ocorrido alguma variação no seu círculo de amigadas, devido ao ingresso no PETI e de que forma aconteceu essa alteração.

No que se refere à unidade familiar, procurou-se retratar suas redes sociais por meio da participação em grupos sociais e culturais: quais os grupos existentes e com que frequência participava, assim como os equipamentos de cultura, esportes e lazer a que tinham acesso.

### **3.2.5. Atividade pais-crianças**

As atividades pais-crianças foram dimensionadas pelo tipo de relacionamento familiar, considerando o grau de compreensão e o apoio por parte da família, bem como pela sua qualidade; se havia ocorrido alguma modificação no relacionamento familiar depois do ingresso da criança no PETI e em que sentido.

### **3.2.6. Comunicação escola-casa**

As comunicações escola–casa foram visualizadas, principalmente, por meio das atividades realizadas pela jornada ampliada e quando os pais eram envolvidos em treinamentos, cursos, palestras etc., visando o aumento do conhecimento e a própria emancipação do grupo familiar.

### **3.2.7. Desempenho da criança e adaptação**

Na identificação do desempenho e da adaptação da criança em termos do seu desenvolvimento cognitivo e motivacional e dos ajustamentos, foram consideradas as seguintes variáveis: frequência e repetência escolar, dificuldades apresentadas na realização das tarefas escolares, avaliação dos pais e professores sobre o desenvolvimento da criança, bem como a adaptação ou o ajustamento da criança em relação à sua qualidade de vida.

Inicialmente, procurou-se ter a concepção ou o significado de qualidade de vida, pela própria criança. Posteriormente, procurou-se dimensionar, de forma concreta, alguns componentes inerentes à qualidade de vida, bem como o nível de satisfação que as crianças tinham sobre diversos domínios da vida, mensurados pela escala LIKERT<sup>1</sup> (dimensionada pelo grau de satisfação, categorizado em quatro itens: muito insatisfeito, insatisfeito, satisfeito e muito satisfeito) antes e depois do PETI, de acordo com:

- **Educação:** avaliada pela melhoria na concentração e no rendimento escolar, após a criança/adolescente ter ingressado no PETI; pela melhoria de vida ao deixar o trabalho; pelas satisfações com as atividades realizadas na escola; pela avaliação entre a jornada ampliada e a regular, em termos de ser cansativa ou prazerosa.

- **Bem-Estar Consigo Mesmo:** operacionalizado pelo seu grau de satisfação consigo mesmo ou de como a sua vida está se desenvolvendo, ou seja, se ocorreu algum outro fator, além do ingresso no programa, que tenha contribuído para seu bem-estar; e se considera que deveria mudar em algum aspecto e de que maneira, para que tenha melhor adaptação ou ajustamento.

- **Segurança Financeira:** avaliada pelo grau de satisfação com a bolsa que recebe do PETI; qual era a sua remuneração (em reais) quando trabalhava

e se contribuía para com o orçamento doméstico; e como se sentia naquele momento de sua vida.

- **Saúde:** avaliada pelo grau de satisfação com seu estado de saúde; questionando-se, também, se considerava que tinha energia suficiente para enfrentar o seu novo dia-a-dia; se na época em que trabalhava havia tido problema de saúde ou sofrido algum acidente (em caso positivo, o número de vezes e o que aconteceu) e se este havia deixado alguma seqüela em sua vida.

- **Alimentação:** operacionalizada pelo número de refeições feitas durante o dia (café da manhã, almoço, jantar e lanches); onde e o que comeu nessas refeições no dia anterior à entrevista; qual era seu nível de satisfação com o tipo de alimentação recebida.

- **Lazer/Brincar:** as atividades de lazer foram dimensionadas pelo tipo de brincadeira e o tempo desta (número de horas durante o dia e no fim de semana); pela forma de realização (ações executadas no meio familiar e na escola, de forma individual ou coletiva); e também pelo nível de satisfação obtido com tais atividades. Além disto, foi indagado às crianças como elas mudaram essas atividades devido ao seu ingresso no PETI (levando em consideração o tipo, tempo de lazer desfrutado e grau de satisfação).

## **4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Na metodologia utilizada para realização da pesquisa procurou se esclarecer os diferentes métodos utilizados para alcançar os objetivos propostos. Desta forma, os procedimentos metodológicos foram estruturados em termos de: local do estudo, população e amostra, formas de coletas de dados e procedimentos de análise.

### **4.1. Local do estudo**

O local do estudo compreendeu a região citrícola de Sergipe, especificamente o município de Boquim, localizado na zona centro-sul do Estado, que ocupa uma área de 205 km<sup>2</sup>, composta por 22 povoados que caracterizam a zona rural e, portanto, tem como base da economia a vocação agrícola e pecuária. O local foi escolhido principalmente por ser considerado um grande foco da exploração do trabalho infantil (Figura 2).

Conforme os dados do FIBGE (1991), convém ressaltar que cerca de 30.000 crianças e adolescentes entre 10 e 14 anos são componentes legais da população economicamente ativa, isto é, não só no município de Boquim, como em toda região citrícola eles integram a força de trabalho infantil, basicamente nas atividades agrícolas, como também em olaria, pedreira, pesca, entre outras, embora a pesquisa em questão tenha focado o trabalho realizado na cultura da laranja.

## MUNICÍPIOS DA REGIÃO CITRÍCOLA DE SERGIPE

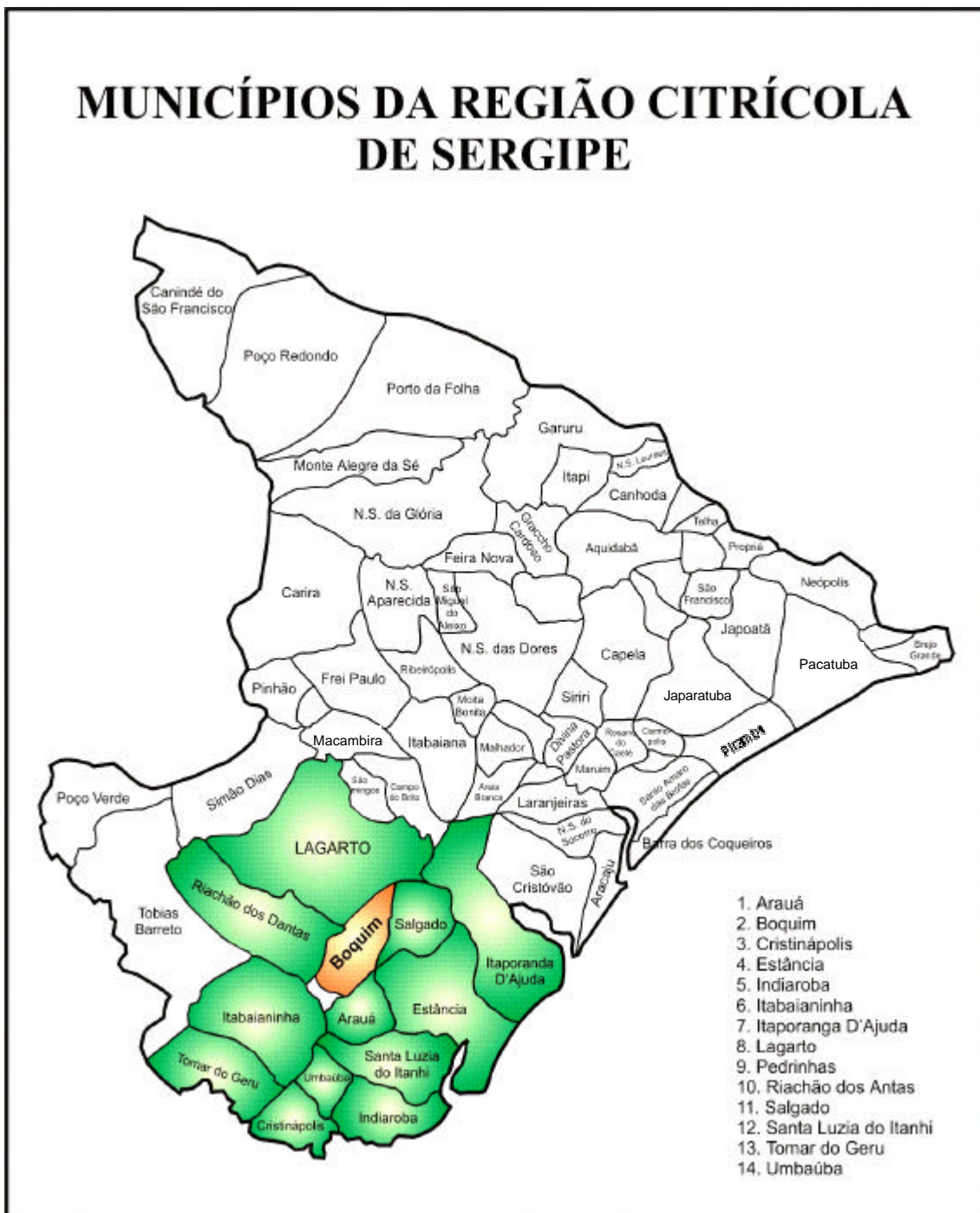


Figura 2 – Mapa de localização dos municípios em estudo.

## **4.2. População e amostra**

O universo da pesquisa foi constituído por 125 crianças/adolescentes e suas respectivas famílias, beneficiadas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), implantado no município de Boquim (SE) no período de 1998-2001. Ou seja, para o estudo em questão considerou-se toda a população infanto-juvenil do PETI que iria completar 15 anos em 2002.

Deve-se ressaltar que das 125 famílias beneficiadas pelo Programa somente 38 residiam na zona urbana, em sua maioria na periferia da cidade e em algumas casas de conjunto habitacional construído pela prefeitura. O restante, ou seja, 87 famílias estavam instaladas na zona rural (nos povoados de Miguel dos Anjos, Olhos D'Água, Pastor, Muriçoca, Meia Légua, Cipó e Mangue Grande), em locais onde era praticada a jornada ampliada, que na sua maioria funcionava na Associação dos Moradores e, portanto, atendia aos demais povoados vizinhos.

## **4.3. Forma e métodos de coleta de dados**

Para coleta de dados fez-se uso tanto de métodos quantitativos quanto de qualitativos. Além disto, as informações foram obtidas tanto de fontes de origem secundária (documentos e dados censitários) como primária ou de campo, por meio da aplicação de questionários (conforme apresentado no Apêndice A), de análise de depoimentos; e das redações realizadas pelas crianças/adolescentes, com o título: "A minha vida antes e depois do PETI".

Dessa forma, como ressalta ALENCAR (1999), é possível combinar métodos de pesquisa (qualitativa e quantitativa), ressaltando-se as particularidades de cada um deles. As razões para a combinação de métodos podem estar tanto na convicção ou preferência dos pesquisadores, como na natureza do problema a ser pesquisado. Assim, no contexto da realidade do município do Boquim-SE, procurou-se levantar dados sociodemográficos e econômicos, por meio de documentos censitários. Por outro lado, para ressaltar a realidade do programa segundo o ponto de vista de seus planejadores e executores, foram tomados depoimentos destes atores sociais.

A pesquisa foi construída em dois momentos: no primeiro, em fevereiro de 2001, foram tomados depoimentos dos líderes comunitários e coletados os dados censitários. No segundo momento, de 15/10 a 15/12 de 2001, foram aplicados os questionários com as famílias e crianças/adolescentes beneficiadas pelo programa. Nesses dois momentos a pesquisadora teve total apoio por parte da Equipe Técnica da Secretaria de Ação Social e dos diversos órgãos governamentais e não-governamentais do município, principalmente pelo próprio interesse da Prefeitura na realização dessa pesquisa; além do fato de a mesma já haver sido membro da Comissão da Erradicação do Trabalho Infantil no âmbito Estadual em sua fase inicial, o que facilitou o intercâmbio com o público-alvo do programa.

#### **4.4. Procedimentos de análise**

Foram realizadas análises estatísticas simples, tendo em vista a própria natureza descritiva-exploratória do estudo em questão. Assim, para analisar os dados fez-se uso de análises tabulares, utilizando técnicas de estatísticas descritivas, como média, frequência simples e cruzadas.

## **5. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Os resultados foram discutidos com base em diferentes dados provenientes de fontes de informações secundárias e primárias, coletadas em Boquim-SE, nas zonas rural e urbana, visando analisar as influências do PETI sobre o desempenho e a adaptação da criança/adolescente com o ingresso no programa.

Além disso, foram discutidos alguns fatores considerados como determinantes do sucesso ou fracasso dessa adaptação, tais como: status sociodemográfico das crianças/adolescentes, suas famílias e seus respectivos habitats; envolvimento de pessoas/instituições no programa; o PETI na visão das crianças/adolescentes, das unidades familiares e dos professores; as redes sociais do público-alvo; e relações pais-crianças e escola-casa.

### **5.1. Caracterização do status sociodemográfico das crianças/adolescentes, suas famílias e seus respectivos ambientes**

#### ***5.1.1. Características pessoais das crianças/adolescentes***

Analisando as características pessoais das crianças/adolescentes, observou-se que houve a predominância de meninos (57%), com idade média de 14 anos, cor parda (68%), cursando a 6ª série do ensino fundamental. Pode-se inferir que mais ou menos três quartos dessas crianças começaram a trabalhar

principalmente na colheita de laranja (Figura 3 e Apêndice B-2). Deste total, 33,7% tinha, especificamente, 7 anos; 59,6%, 8 anos e 6,7% com 9 anos de idade. Em relação ao ingresso no PETI, constatou-se que 75,8% das crianças entraram com 10 anos, enquanto 24,2% com a idade de 11 anos, sendo a carga horária média de trabalho de 44 horas semanais.

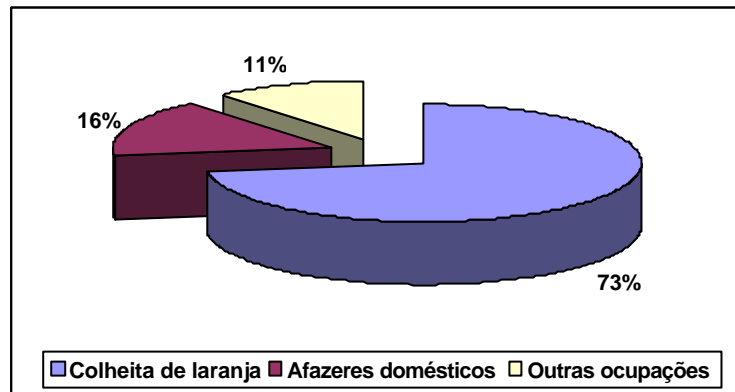


Figura 3 – Principal ocupação do segmento infanto-juvenil anterior ao PETI. Boquim-SE, 2001.

Com relação às atividades realizadas antes do PETI, 77% dos entrevistados afirmaram serem elas arriscadas. Entre os principais riscos foram citados: picada de cobra, queda do caminhão e outros (Figura 4).

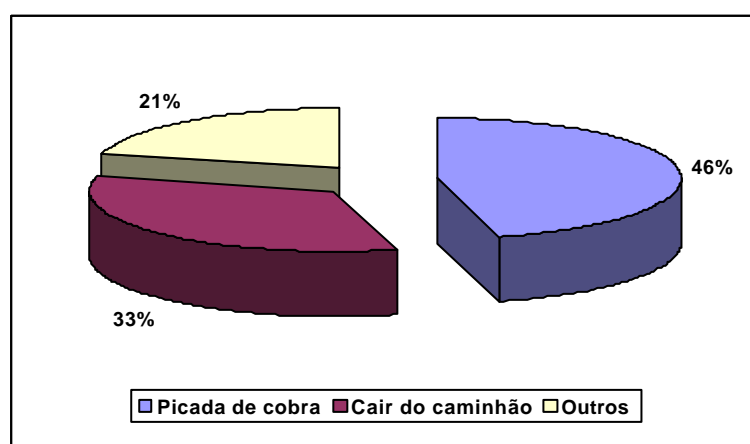


Figura 4 – Grau de risco, com relação às atividades realizadas antes do PETI, enfrentado pelas crianças/adolescentes. Boquim-SE, 2001.

Outro ponto a ser destacado é que as crianças/adolescentes inseridas no trabalho agrícola de maior risco e cansativo eram do sexo masculino; as meninas, talvez pelo próprio aspecto cultural, estavam concentradas no trabalho doméstico. Manifesta-se assim, desde cedo, a distinção entre tarefas consideradas “femininas” e “masculinas”.

### **5.1.2. Perfil das unidades familiares**

Na caracterização do perfil das famílias dos entrevistados procurou-se identificar a **composição familiar**, considerando: o tamanho da família, o número de filhos, o tipo de família, o sexo do chefe e as etapas do ciclo de vida familiar.

Segundo ROCHA (2000), as transformações no panorama econômico e o processo de modernização da sociedade trouxeram mudanças na forma de funcionamento e na estrutura da família brasileira. Observam-se os mais diversos tipos de família, entre eles a nuclear, a monoparental ou quebrada, a extensa e outras. De acordo com os dados da Tabela 1, mais da metade das famílias (54,4%) era nuclear, 44% quebradas e 1,6% extensas; devendo ser ressaltado que das famílias quebradas 83,63% eram chefiadas por mulheres, ou seja, 36,8% eram mães e somente 7,27% das famílias monoparentais eram constituídas por pai solteiro. Esses resultados mostraram-se coerentes com a realidade nacional, pois, como afirmam BRUSCHINI e RIDENTI (1996), apesar de estarem surgindo vários arranjos familiares a nuclearização da família é comum na maioria das regiões do País, o que contribui para reforçar a tese de que esta é a forma predominante de organização familiar no Brasil. Entretanto, em termos das famílias quebradas, o percentual foi bem mais elevado, comparativamente à realidade da sociedade brasileira como um todo (em torno de 20%).

Os resultados do estudo em questão também mostraram que o tamanho médio da família era de 5,4 pessoas e número de filhos de 4,8, valores mais elevados do que os do Brasil como um todo, cujas famílias são compostas por 3,2 membros, com 2,1 filhos, segundo dados publicados pelo IBGE (2002).

Tabela 1 – Perfil familiar das crianças/adolescentes inseridas no PETI. Boquim-SE, 2000/2001

Aspectos	Unid.	%
<b>1. Tamanho médio da família</b>	Nº	5,4
<b>2. Número médio de filhos</b>	Nº	4,8
<b>3. Tipos de família:</b>		
3.1. Nuclear	%	56,4
3.2. Monoparental	%	44,0
3.3. Extensa	%	1,6
<b>4. Sexo do chefe da família:</b>		
4.1. Masculino	%	63,2
4.2. Feminino	%	36,8
<b>5. Etapa do ciclo de vida familiar</b>		
5.1. Maturação	%	64,0
5.2. Dispersão	%	36,0
<b>6. Grau de escolaridade</b>		
6.1. Analfabeto	%	36,8
6.2. Sabe ler/escrever	%	24,0
6.3. De 1ª a 4ª série	%	39,2
<b>7. Ocupação do pai</b>		
7.1. Colheita de laranja	%	72,0
7.2. Lavoura	%	26,4
7.3. Pintor	%	1,6
<b>8. Ocupação da mãe</b>		
8.1. Colheita de laranja	%	48,0
8.2. Afazeres domésticos	%	32,0
8.2 Lavoura	%	19,2
8.3. Padaria		0,8

Quanto ao sexo do chefe da família, constatou-se que mais da metade era masculino (63,2%). A etapa do ciclo de vida familiar de maior predominância se encontrava em fase de maturação (64%), seguida da fase de dispersão. Esse resultado coincide com os parâmetros apresentados por MONTALI (1990) para caracterizar a fase intermediária ou de maturação: pais com idade média entre 35 e 49 anos, tendo filhos adolescentes.

Ainda em relação à família, no que se refere ao grau de escolaridade, verificou-se que 36,8% dos membros eram analfabetos; 24% sabiam ler e escrever e somente 39,2% possuíam nível equivalente ao fundamental incompleto (de 1ª à 4ª série). Comparando o nível de instrução do pai e da mãe, constatou-se que a mãe possuía um nível de escolaridade mais elevado,

em média quatro anos de estudo, o que confere com os dados de 1999 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), publicados pelo IBGE (2002).

Com relação à ocupação dos pais, constatou-se que 72% trabalhavam na cultura da laranja; 26,4% eram lavradores e 1,6% estava no ramo da construção (ex: pintores). Em se tratando da ocupação das mães, 48% estavam nas plantações de laranja; 32% estavam inseridas nos afazeres domésticos; 19,2% eram, também, lavradoras e menos de 1% trabalhava no setor de serviço e comércio (ex: na padaria). Em termos da intensidade do trabalho constatou-se que, em média, as mulheres trabalhavam 12 horas por dia e 7 dias na semana, enquanto os homens trabalhavam 9 horas por dia e em torno de 6 dias na semana. A renda média era de R\$ 79,90 e a *per capita*, de R\$ 18,20 para as famílias pesquisadas. Esse resultado confirma a pesquisa feita por ROCHA (1997), de que a pobreza no Brasil é regionalizada, estando concentrada na Região Nordeste.

Essas unidades familiares em estado de subsistência eram, basicamente, da própria comunidade (54%), sendo oriundas de outro município e de outra comunidade 24% e 4%, respectivamente, enquanto apenas 18% eram naturais de outro Estado.

## **5.2. Características do microhabitat**

Na caracterização do microhabitat foram examinados alguns aspectos do ambiente mais próximo ao sistema familiar, como pode ser evidenciado nos dados da Tabela 2.

Ao analisar o padrão habitacional das famílias, notou-se que a maioria delas vivia na zona rural (69,6%). As moradias possuíam padrão de qualidade mais ou menos homogêneo: 95,2% dos domicílios possuíam blocos com revestimento; o tipo de piso observado era, basicamente, de revestimento de cimento (92,8%); todos os telhados eram cobertos de telha de barro. Quanto à iluminação, em 96% das residências havia luz elétrica e somente 4% ainda fazia uso do lampião a gás. No que se refere aos aspectos higiênicos sanitários, 81,6% dos banheiros tinham vaso sanitário, tendo sido constatado que 89,5% destes se localizavam dentro da casa. Além desse

Tabela 2 – Características do microhabitat das unidades familiares atendidas pelo PETI/Boquim-SE – 2001

<b>Componentes</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
<b>1. Local de Residência</b>		
Rural	87	69,6
Urbano	38	30,4
<b>2. Tipo de Parede</b>		
Blocos com revestimento	119	95,2
Blocos sem revestimento	06	4,8
<b>3. Tipo de Piso</b>		
Terra batida	03	2,4
Cimento	116	92,8
Cerâmica	06	4,8
<b>4. Telhado</b>		
Telha de barro	125	100
<b>5. Iluminação</b>		
Elétrica	120	96,0
Lampião	05	4,0
<b>6. Banheiro</b>		
Com vaso sanitário	120	96,0
Sem vaso sanitário	05	4,0
<b>7. Água Encanada</b>		
Com tratamento	94	75,2
Sem tratamento	31	24,8
<b>8. Destino do Lixo</b>		
Queimado	40	32,0
Exposto ao céu aberto	20	16,0
Recolhido /Prefeitura	65	52,0

aspecto, observou-se que 75,2% das residências possuíam água encanada e 24,8% usavam água de cisternas e rios, que não possuíam nenhum tipo de tratamento. Com relação ao tipo de armazenamento desta água, verificou-se que 75,2% eram armazenadas em caixas d'água, 24% em potes ou tonéis sem tampa e 6,4% em potes ou tonéis com tampa, tendo sido verificado que 75,2% dessa água recebia tratamento da DESO (Companhia de Saneamento e Abastecimento de Água do Estado de Sergipe).

No que tange à qualidade da água consumida, percebeu-se que apenas 63,2% das famílias faziam uso do filtro. Quando era enfatizada a importância da utilização do filtro pelos agentes de saúde, algumas famílias

justificavam que a água encanada já era tratada e, portanto, não sentiam a necessidade da utilização do mesmo, o que demonstra a necessidade de conscientização quanto à potabilidade da água.

A pesquisa constatou, também, que apenas 15,2% das residências possuíam rede geral de esgoto, o que está coerente com a realidade brasileira e, especificamente, com as Regiões Norte e Nordeste, que são as áreas mais atingidas por esse tipo de problema, uma vez que somente 11% têm rede geral de esgoto, aumentando, assim, o índice de doenças e, conseqüentemente, afetando a qualidade de vida da população.

Com relação ao destino do lixo, observou-se que 32,0% das famílias o queimavam, principalmente as que residiam na zona rural; 16,0% deixavam a céu aberto, justificando-se pela inexistência de um tambor de lixo no local; e 52,0% eram recolhidos pela prefeitura, com a freqüência de três vezes por semana, basicamente na zona urbana.

### **5.3. Envolvimento no programa**

Os aspectos relativos ao envolvimento de pessoas-instituições com o PETI foram analisados em termos do ambiente do programa em si, das formas de envolvimento socioinstitucional e das percepções de seus planejadores e executores.

#### **5.3.1. Caracterização do município de Boquim**

A análise do envolvimento no programa teve, como etapa inicial, a contextualização da realidade municipal, trabalhando-se com dados secundários do IBGE (2000), relacionados a vários aspectos sociodemográficos, econômicos e institucionais do município de Boquim-SE.

No que diz respeito à **população**, constatou-se que ela era de 24.048 habitantes, sendo 11.923 homens e 12.125 mulheres, que se encontravam tanto na zona rural (9.801 pessoas) como na urbana (14.247), sendo a taxa de crescimento populacional equivalente a 0,27% ao ano. A população economicamente ativa (PEA) é de 10.000 pessoas e a taxa de desemprego é

considerada elevada, principalmente no período da entressafra, visto que o município vive da cultura da laranja, que é sazonal, estando 70% da sua população inserida na zona rural e a restante distribuída no comércio e no setor público. Ressalta-se, ainda, que as contratações no setor agrícola ocorrem, na maioria das vezes, por meio de intermediários, o que facilitava a contratação da mão-de-obra infantil. Com referência à ocupação dos adultos, registra-se uma informalidade, pela não-assinatura da carteira de trabalho, e, conseqüentemente, a não-segurança do trabalhador.

Com relação à **situação econômica**, verificou-se que o município de Boquim possui uma extensão de 205 km<sup>2</sup>, com 22 povoados, que se situam na zona rural. Possui 2.145 propriedades agrícolas, variando sua área média de 5 a 10 ha, sendo todas as propriedades de posse dos respectivos proprietários, não ocorrendo meeiros, arrendatários nem ocupantes. Destas, 80% pertencem ao pequeno agricultor, que tem como principal atividade a citricultura, predominando, com mais de 90%, o cultivo da laranja. O volume de tonelada de laranja na região citrícola, em 2000, foi de 650 mil; em 2001, de 500 mil; e a expectativa de colheita para 2002 era de 800 mil toneladas, segundo dados da ASCISE (Associação dos Citricultores do Estado de Sergipe). Essa melhora na colheita se deveu ao controle de pragas e ao apoio do Estado e Ministério da Agricultura, a fim de melhorar a situação na agricultura, especificamente da laranja. Com isto, apesar do alto índice de desemprego, existe uma expectativa de melhoria, uma vez que a maior produtividade acontece do mês de maio a setembro de cada ano. No período de 1997/2000, a estimativa da receita foi de R\$ 33.679.300,00, embora tenha sido arrecadado um total de R\$ 24.740.644,39, ou seja, 73% do previsto. Portanto, a renda *per capita* anual foi de R\$ 254,00. O número de estabelecimentos comerciais/habitantes foi, em média, de 850, sendo a taxa de urbanização de 59,24%.

Quanto às **condições de saúde**, observou-se que o número de crianças nascidas vivas (por mil nascimentos) era de 587 e a taxa de mortalidade infantil de 0,8%, enquanto o número de óbitos, por grupo de idade, era de 118 pessoas. O número de profissionais da saúde era de 147 pessoas. Em termos de equipamentos, o município possuía um hospital, que dispunha de um laboratório de análises clínicas; dois ambulatórios de odontologia, sendo um volante; dois ambulatórios médicos com dez leitos para obstetrícia

(maternidade), 12 para pediatria, 14 para clínica médica e 12 para clínica cirúrgica; além de seis postos de saúde, distribuídos nos povoados de Taboca, Boa Vista, Meia Léguas, Mangue Grande e Cabeça D'Antas. Além disso, conta com o Programa da Saúde da Família (PSF).

A infra-estrutura de **educação** conta com 28 estabelecimentos de ensino; 5.697 alunos estão matriculados no ensino fundamental e 829 estão no ensino médio (normal ou supletivo).

Para incentivar a **cultura**, o **esporte** e o **lazer**, o município conta com três grupos culturais (Grupo Os Cominados, Grupo de Zabumba Santo, Grupo Antônio e Reisado Dona Deusa); espaço de um auditório, uma concha acústica e um balneário (Fonte da Mata), além de um museu (Raimundo Fonseca) e uma biblioteca (Hermes Fontes).

No que se refere à **segurança física**, o município possui uma delegacia e três viaturas policiais, tendo um contingente de dez policiais, distribuídos em três postos, para atender à população.

Quanto à **infra-estrutura urbana**, registrou-se que 95% dos domicílios contavam com rede elétrica e 5% possuíam rede de esgoto, principalmente na zona urbana, tendo 80% serviço de água encanada.

No que se refere aos **serviços urbanos** por habitante, o município de Boquim possui quatro agências bancárias (Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco do Estado de Sergipe, Bradesco) e uma casa lotérica, que atende a alguns serviços da Caixa Econômica Federal. Conta com 1.100 telefones privados, 63 telefones públicos, três postos de gasolina, uma banca de jornal, quatro pontos de táxi, uma agência de correio e uma rodoviária (com duas linhas de transportes intermunicipal e interestadual). O município não possui, entretanto, transporte coletivo municipal, porém existe o transporte informal (vans, entre outros).

### **5.3.2. Formas de envolvimento socioinstitucional**

O contato com a população local, por meio da observação e do acesso a registros documentais, proporcionou condições para examinar as formas de envolvimento socioinstitucional, em termos das instituições e suas funções. As instituições parceiras do PETI são: Ministério Público – com as atividades de

tornar possível o andamento do Programa e fazer valer a legislação com relação à Infância e Adolescência; OIT (Organização Internacional do Trabalho) – cujo objetivo é erradicar o trabalho infantil nos países mais pobres, como os continentes africanos, asiático e a América Latina; Ministério do Trabalho – com a função de fiscalizar; Ministério da Previdência Social, junto com a SAS (Secretaria de Ação Social) – com o objetivo de articular e promover as ações de combate ao trabalho infantil; UNICEF-BA/SE – promovendo cursos de qualificação para profissionais, que lidam diretamente com as crianças, bem como para os gestores do programa, com vistas à melhoria no atendimento e apoio direto ou mesmo financeiro, conforme a realidade de cada município; PRONAGER (Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda) – com a finalidade de melhorar a renda da unidade familiar; Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil – tem como objetivo articular, mobilizar e buscar parcerias no intuito de incentivar a sociedade, tendo como desafio propiciar a melhoria da qualidade de vida das crianças e seus familiares, além de ter um papel fiscalizador e deliberativo; Conselho Tutelar – tem papel fundamental para o bom andamento do programa, pois além de ter membros que participam da Comissão Municipal de Erradicação é um elo entre escola, família, sociedade, Poder Judiciário e PETI.

### ***5.3.3. Percepção sobre o PETI pelos líderes comunitários***

Para se ter uma visão do PETI e da população que vive nesse contexto municipal, retratado anteriormente, procurou-se tomar depoimentos de líderes comunitários, especificamente planejadores e executores do programa. Foram entrevistadas, em fevereiro de 2001, oito pessoas vinculadas, direta ou indiretamente, ao programa, em diferentes níveis, como: o Gerente Nacional do PETI, o Membro da Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil, o Presidente do Conselho Tutelar, o Promotor e o Juiz da Justiça da Comarca de Boquim/SE, o Prefeito do município, o Secretário Municipal de Ação Social, bem como dois professores, que têm contato direto com as crianças/adolescentes inseridas no programa.

Os depoimentos foram norteados por um roteiro, focalizando tanto os benefícios que o PETI havia trazido ao município, quanto as dificuldades encontradas para sua implementação.

Em se tratando dos benefícios, constatou-se que tanto os planejadores como os executores foram unânimes em afirmar que: i) o PETI retirou a criança do trabalho do laranjal e a levou para a escola, proporcionando redução da evasão escolar; ii) diminuiu o índice de repetência, além de haver possibilitado o aumento da renda familiar (com o pagamento da bolsa escola); iii) proporcionou a melhoria do comércio local; iv) incentivou a parceria entre as instituições locais ligadas ao problema de erradicação do trabalho infantil; e v) contribuiu para a melhoria das condições socioeconômicas e culturais das famílias, com possibilidade de elevar a sua auto-estima, por meio da sua promoção social.

No que se refere às dificuldades ou aos entraves enfrentados pelo PETI, foram citados: i) há necessidade de melhorar a capacidade das infra-estruturas físicas existentes para que seja possível desenvolver, com mais eficácia, a jornada ampliada; ii) os monitores, além de insuficientes, precisam de treinamento e maior capacitação para que haja melhoria na qualidade do ensino, tornando-se necessário maior empenho político e disponibilidade de recursos municipais, a fim de que todas as crianças carentes possam ser incorporadas ao PETI; iii) existe certa burocracia e conseqüente atraso no pagamento das bolsas, cujo valor é considerado insuficiente; (iv) o serviço de saúde prestado às crianças, por meio de mutirão, não é considerado o mais adequado e, além disto, existem dificuldades para conseguir todos os remédios necessários; v) o serviço de alimentação também precisa ser mais adequado às necessidades nutricionais das crianças; vi) outra dificuldade enfrentada diz respeito à implementação de um programa mais efetivo de geração de emprego e renda, porque o benefício recebido é um paliativo, sendo preciso incorporar tanto os egressos do PETI como seus familiares, para que haja a real emancipação ou empoderamento dessa população e, conseqüentemente, maior inclusão social.

Em função dos depoimentos de pessoas ligadas ao PETI, constatou-se que os benefícios do programa só irão se refletir no desenvolvimento local caso ocorra a implementação de projetos de geração de renda e emprego,

para que haja uma interrupção do assistencialismo e um verdadeiro “empowerment” das unidades familiares. Para isto, é necessário a conscientização das famílias e da sociedade, vontade política, competência técnica e conduta interinstitucional das ações, que tenham como foco de atenção a criança, a família e suas interações com a sociedade, no seu meio ambiente mais próximo.

#### **5.4. Percepções de crianças/adolescentes, unidades familiares e professores sobre o PETI**

As percepções correspondem a como as pessoas “vêm alguma coisa”, ou seja, qual é o significado, em suas vidas, de “algo” que, no estudo em questão, refere-se ao PETI.

##### ***5.4.1. Percepção das crianças/adolescentes sobre o PETI***

Para conhecer a percepção das crianças/adolescentes sobre o programa, de forma mais aprofundada, procurou-se analisar os discursos, ou melhor, as redações feitas espontaneamente por uma subamostra de 19 crianças/adolescente. Na oportunidade foi solicitado que elas expressassem o que significava o programa e quais os efeitos deste sobre suas vidas, retratando como viviam antes e depois do mesmo.

Conforme a Figura 5, mais de 80% das crianças pensavam no programa como “coisa boa e muito importante”, porque as havia retirado do trabalho, permitindo-lhes brincar e ter lazer. Outras associavam o PETI à liberdade (12,8%) e à educação (6,4%).

Ao analisar as redações pôde-se constatar, de maneira geral, que as crianças/adolescentes percebiam suas vidas antes do PETI como: “sofrida”, “complicada”, “muito ruim”, “difícil”, “cansativa” e “sem alegria para viver”. (Apêndice B-2).

Pelos relatos, conclui-se que essa percepção negativa sobre suas vidas foi devido ao fato de que sempre tinham que acordar cedo para trabalhar nos sítios de laranja, que, na maioria das vezes, eram distantes de suas casas. Elas iam em caminhões, sem nenhuma proteção e sem horário certo para

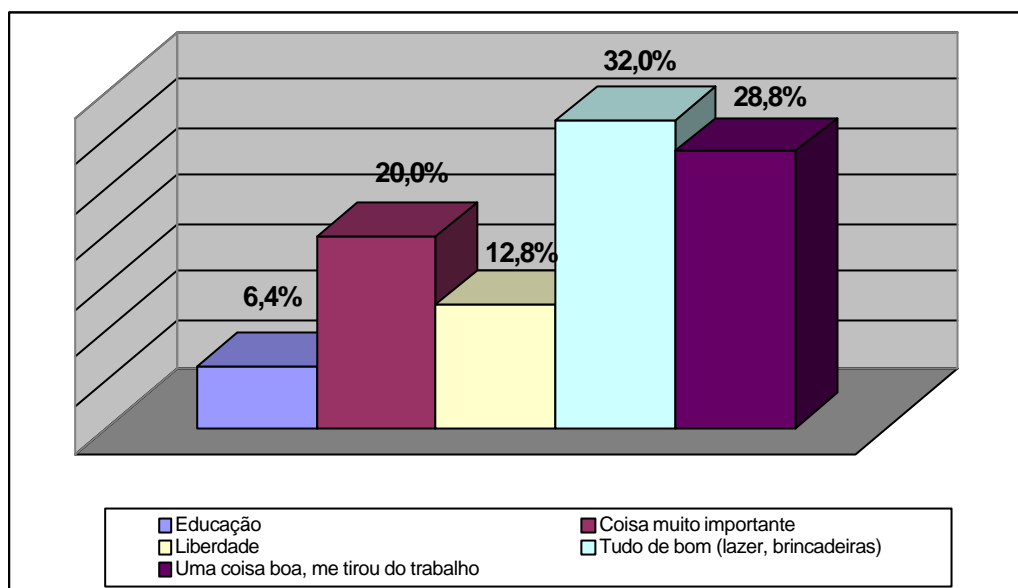


Figura 5 – Percepção sobre o PETI na visão das crianças/adolescentes. Boquim-SE, 2001.

o retorno (dependia do volume de produção de laranjas a serem derrubadas, juntadas e carregadas), o que fazia com que, inúmeras vezes, tivessem que faltar às aulas ou, quando conseguiam ir, sentiam-se cansadas, com dor de cabeça, sem capacidade de concentração, em razão do esforço e conseqüente cansaço, provocado pelo trabalho realizado na colheita das laranjas. Além disto, em geral, estavam expostas às picadas de formigas, marimbondos, mosquitos, cobras etc.; a tombos com sacos de laranjas; às quedas dos pés de laranjas; aos ferimentos na colheita das laranjas; e às dores na coluna, tanto pelo movimento de abaixar e pegar a caixa pesada, como de colocá-la na cabeça e carregá-la até a carroça.

Expostas às intempéries do tempo (trabalhavam sob condições de sol quente ou de chuva), alimentavam-se mal (passando, muitas das vezes, a laranja e farinha) e, ainda, recebiam um pagamento irrisório, em relação ao trabalho em excesso que desempenhavam. Não gostavam do que faziam, mas se sentiam obrigadas a fazê-lo porque tinham “pena da mãe”, de deixá-la trabalhando sozinha, sem a ajuda deles.

Enfim, para essas crianças a vida, antes de serem aceitas pelo PETI, não tinha alegria e satisfação; reduzia-se a um trabalho indesejado, cansativo e obrigatório, que só era realizado por causa das próprias necessidades

econômicas da unidade familiar, sem levar em consideração os interesses específicos dessas crianças/adolescentes. Segundo SOUZA (1997), essa visão, que impede a autonomia das faixas etárias subordinadas, é denominada adultocêntrica, em que o adulto (pai/mãe/ativo) está separado da criança/passiva por uma categorização rígida. Essa separação, na perspectiva do autor, é, antes de tudo, uma característica do sistema de produção mais do que uma caracterização implícita e material dos seres humanos. Ou seja, o modo de produção capitalista é determinante na possibilidade e no reconhecimento da participação de um segmento (no caso em estudo, o de crianças/adolescentes, em condições de carências) no todo social e, conseqüentemente, da não-participação de outros.

Na organização de seu cotidiano e para sustentação de suas dificuldades, as famílias das crianças trabalhadoras de Boquim-SE, articularam-se e fizeram certos rearranjos nas atribuições de seus membros, como uma forma de estratégia de sobrevivência, sendo levados a inserir seus filhos menores, de forma precoce, no mercado do trabalho disponível na região, que era na produção citrícola. A necessidade econômica e a visão imediatista dessas famílias, originadas pelos ganhos limitados e pelas reduzidas oportunidades sociais, faziam com que elas deslocassem a criança para um mundo exterior à infância, submetendo-a, como afirma ARAÚJO (1996), a um contexto que usa o “reino da necessidade”, retirando-lhe o direito de ser livre, de brincar e manifestar-se culturalmente.

Quanto aos depoimentos dados sobre a vida após o PETI, observou-se que eles se traduziam em aspectos positivos, como relatam as seguintes falas:

“Agora posso me considerar uma pessoa feliz, quando trabalhava não era feliz, muito pelo contrario, era muito triste”.

“É uma vida muito boa a que eu estou levando”.

”Estou muito feliz e quando sair não hei de voltar a tirar laranja”.

“A minha vida mudou completamente mil vezes com esse Programa, é uma vida boa que eu tô levando. Esse Programa foi uma benção que Deus mandou”.

“A minha vida mudou muito, saí do trabalho sofrido”.

“O PETI foi o único projeto a dar vez à criança dedicação, respeito, vontade de ver nós crianças felizes, com um sorriso

no rosto, com oportunidade, para que sejamos um cidadão com dignidade”.

“A minha vida mudou muito, agora posso ir à escola, brincar. Eu não tinha tempo nem de brincar, parece que foi uma benção que Deus mandou para todas as crianças que sofria como eu, tirando laranja”.

Esses posicionamentos positivos das crianças/adolescentes, após terem sido admitidas pelo programa, foram justificados, principalmente, pelo fato de agora poderem estar estudando, se preparando para o futuro. Também comentaram sobre as melhores condições de alimentação e as oportunidades que têm tido para brincar, sem tantas preocupações, ou seja, possuem “mais sossego, disposição e tranqüilidade” (Apêndice B-3). Além disto, têm tido maiores possibilidades de comprar materiais escolares e objetos pessoais, bem como de ajudar os pais, com a bolsa Criança Cidadã que a família recebe por haver retirado a criança do trabalho, mantendo-a na escola.

Essas percepções, registradas em forma de redação, elas foram verificadas novamente com a totalidade das crianças, quando foram indagadas, por meio do questionário, sobre como o PETI havia influenciado a sua vida ou o seu dia-a-dia.

Como evidenciado na Tabela 3, mais da metade das crianças/adolescentes (56%) reconheceu que o PETI havia provocado mudanças no seu cotidiano familiar. Declararam que as modificações foram mais intensas nas atividades e melhorias pessoais, na alimentação e na família, que são questões diretamente ligadas ao bem-estar humano, isto é, à melhoria da qualidade de vida.

Tabela 3 – Percepção das crianças/adolescentes sobre mudanças na vida cotidiana após ingresso no PETI. Boquim-SE, 2001

<b>Mudanças</b>	<b>Nº</b>	<b>(%)</b>
Atividades pessoais, alimentação e família	45	36,0
Melhoria pessoal (lazer, estudo e amizade)	25	20,0
Nos estudos	24	19,2
Dinheiro	14	11,2
Estudo, alimentação	09	7,2
Lazer	08	6,4
<b>Total</b>	<b>125</b>	<b>100,0</b>

Segundo ENGBERG (1992), do ponto vista da ecologia o desenvolvimento humano sustentável deve significar o encontro das necessidades básicas de todas as pessoas para uma vida melhor. Nota-se ainda que as outras mudanças – nos estudos (19,2%), dinheiro (11,2%) e lazer (6,4%) – são fatores também decisórios para o bem-estar do ser humano, ou seja, estão voltados ao bem-estar social das pessoas, o que implica, conseqüentemente, na melhoria da qualidade de vida.

#### **5.4.2. Percepção das unidades familiares sobre o PETI**

O nível de satisfação das famílias com o Programa foi total, como demonstrado na Figura 6, a seguir.

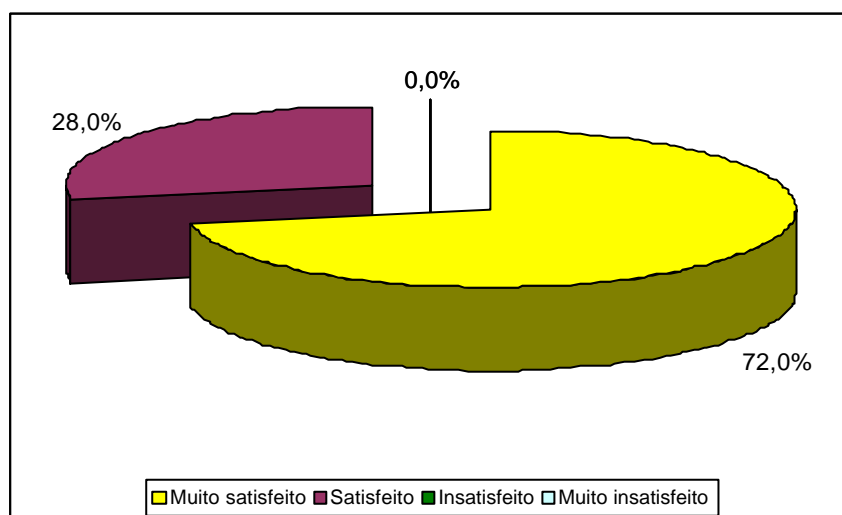


Figura 6 – Nível de satisfação das famílias com o PETI. Boquim-SE, 2001.

Quase a metade das unidades familiares (em torno de 48%) percebia o PETI como uma “coisa” muito boa, porque o programa havia permitido que seus filhos saíssem do trabalho e fossem para a escola, diminuindo o índice de repetência, o que as deixavam mais felizes. Já 32% das famílias visualizavam o programa como “algo” que havia possibilitado uma melhoria da renda familiar, sendo possível atender a um maior número de necessidades, enquanto 20% enfatizaram sua utilidade em termos da melhoria do relacionamento com os

filhos, pois agora era maior o contato com os mesmos, uma vez que antes passavam quase todo o dia no campo, trabalhando na atividade citrícola.

Em seus depoimentos, algumas famílias fizeram questão de enfatizar que:

“Aqui em casa agora, temos mais alimento, posso comprar roupas para meu filho, um calçado e um medicamento quando precisa” (lavradora, 44 anos).

“Percebo também que meus filhos estão mais felizes porque fazem viagem de lazer, está no coral, na capoeira, teatro e *reisado, ou seja, um resgate da nossa cultura local*” (sexo feminino, 41 anos).

No mapeamento mental das famílias ficou claro que elas também viam algumas desvantagens do Programa, não relacionadas à criança em si, mas que atingiam a unidade familiar como um todo. Uma delas, a mais problemática, estava associada à insegurança financeira devido ao atraso da bolsa (Apêndice B-4).

Outra desvantagem, associada à sugestão prestada pela família para melhoria do programa, pode ser visualizada nos depoimentos a seguir:

“Que o programa que atende meu filho, o PETI, continue, para que meu filho não volte mais a tirar laranja e fique na escola, não só o meu como das outras famílias” (sexo masculino, 48 anos – Apêndice B-4).

“Nós pequenos agricultores precisamos mais de apoio e atenção do governo, principalmente do Estado, para melhorar a nossa agricultura, nossa vida e que nossos filhos possam continuar estudando para não ter o mesmo destino igual ao nosso que muito pouco sabemos a leitura” (sexo masculino, 45 anos).

Esses relatos demonstram a preocupação dos pais com os filhos, após a saída destes do PETI, para que não tenham o mesmo destino que o deles (sem ou com baixo nível de instrução e com poucas oportunidades de emprego). Além disto, sentem a importância da ajuda do Estado na melhoria da agricultura, visto que é a única opção de renda que possuem para sustento das famílias.

### 5.4.3. Percepções dos professores sobre o PETI

A percepção das crianças/adolescentes sobre a escola e os professores enfatizou a melhoria da infra-estrutura e dos professores da escola normal, como pode ser evidenciado na Figura 7.

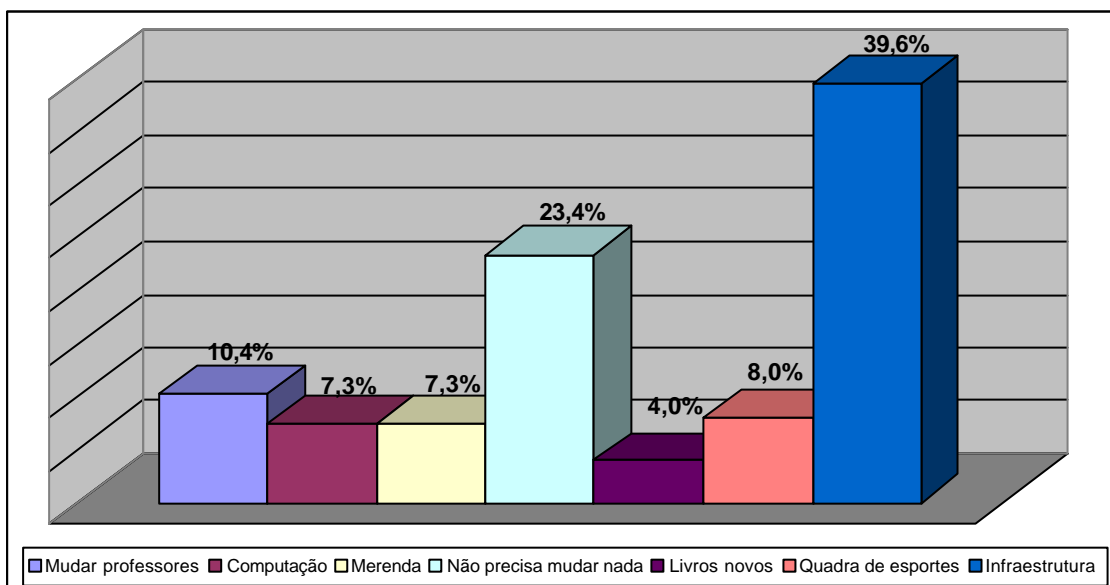


Figura 7 – Sugestões para melhoria da escola na visão das crianças/adolescentes do PETI. Boquim-SE, 2001.

A escola representava, para a totalidade das crianças, uma válvula de escape do trabalho cansativo, árduo e perigoso. Sentiam-se felizes em estar estudando, não somente devido à melhoria no desempenho educacional, mas também por terem maior liberdade para brincar. Consideravam a jornada regular (ensino fundamental) mais cansativa do que a jornada ampliada, tendo em vista que tinham excesso de deveres de casa e pouco apoio dos professores, além de as salas serem multisseriadas. Enfim, percebiam que a escola necessitava de melhoria, em se tratando de professores e infra-estrutura, em termos de: construções, mobiliário, livros, equipamentos de informática (computação) e merenda.

É importante ressaltar que, na percepção dos professores, as salas com diversos alunos era uma problemática muito difícil de lidar, sendo esse

tipo de dificuldade específico da zona rural. Além disto, na jornada ampliada, além do grande número de alunos em sala de aula, a variedade de séries era o maior entrave, justificando, desta forma, as dificuldades sentidas nas aulas.

Assim, a melhoria das infra-estruturas faria com que as atividades lúdicas e esportivas se tornassem bem mais viáveis; alcançando, desta forma, um dos principais objetivos do programa, ou seja, aula no turno regular e vivenciar sua infância na jornada ampliada, abrindo os seus horizontes, envolvidos em um processo de socialização.

## 5.5. Redes sociais das unidades familiares/crianças e adolescentes

De acordo com SOUZA (1993), na década de 30, o Estado brasileiro tinha mais atuação na sociedade, assumindo um conjunto de políticas, que interferiam diretamente no cotidiano das camadas populares.

Atualmente, com a abordagem neoliberal, o Estado tem reduzido, a cada dia, suas funções sociais, transferindo-as para as famílias. Neste sentido, a comunidade, através das diversas formas de associações e participações, que vêm crescendo nas últimas décadas, tem sido tomada como base de ação e reivindicação de direitos e condições básicas de vida por parte das camadas populares.

Dessa forma, como mostra a Tabela 4, a quase totalidade das famílias participava de algum tipo de grupo social, destacando o número de associados ao sindicato (43,4%) pertencente aos trabalhadores de laranja, uma vez que 24,4% das pessoas faziam parte da associação dos moradores.

Tabela 4 – Redes sociais dos pais ou responsáveis. Boquim-SE, 2001

Componentes	N	%
<b>1. Participação social</b>		
Sim	115	92,0
Não	10	8,0
<b>2. Formas de participação</b>		
2.1. Sindicato	50	43,4
2.2. Associação dos moradores	30	24,4
2.3. Grupo de oração	20	17,4
2.4. Conselhos	15	14,8

Outro ponto que deve ser destacado é o número de participantes em Conselhos e Comissões (Conselho Tutelar, dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, Assistência Social, de Combate às Drogas, Idoso, Saúde, Educação, Comissão Municipal de Emprego e Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil). Na maioria vezes, as pessoas participavam de dois ou mais grupos sociais, com uma frequência média de duas vezes por semana ou, ainda, conforme reunião extraordinária ou participação permanente, como no caso do Conselho Tutelar. Essas Comissões ou Conselhos têm poder deliberativo e fiscalizador, sendo a escolha dos membros realizada por meio de eleição no processo democrático com a participação paritária, ou seja, metade deverá ser de órgão governamental e a outra parte da sociedade civil.

Considera-se que é nesse processo do exercício da cidadania que as pessoas têm condições de reivindicar seus direitos já legalmente reconhecidos e, portanto, ir dinamicamente transformando aos poucos a sociedade em que vivem, buscando diminuir o índice de pobreza e miséria e, conseqüentemente, melhorando suas condições de vida e, assim, o processo de empoderamento.

Quanto à rede social das crianças, identificada pelo seu círculo de amizades, mais de 80% delas se sentiam satisfeitas com seus grupos de amigos, que haviam variado com a entrada no PETI. Consideravam essas novas amizades como bem melhores, pois sentiam que podiam trocar confidências entre elas (92%). Esse fato tem relevância porque, nessa fase da adolescência, os amigos passam a ter grande significado, sendo o diálogo entre eles bem mais preponderante.

## **5.6. Relações crianças-pais e casa-escola**

Uma das variáveis com poder de influenciar o sucesso ou o fracasso do programa está associada aos relacionamentos tanto entre pais e crianças quanto entre a casa e escola.

No relacionamento crianças-pais, as famílias responderam em termos do que faziam antes do PETI e que agora não fazem mais. Enfatizaram que reduziram sua agressividade com os filhos (56%), afirmando que suas relações haviam melhorado, porque não precisavam mais obrigá-los a trabalhar (44%).

Do ponto de vista das crianças, 100% delas relataram que existia melhor compreensão por parte dos pais. O processo de coesão e a comunicação eram bem mais efetivos, enfatizando que estavam mais felizes por dois motivos: maior renda familiar com a complementação da bolsa e pelo fato de se encontrarem estudando.

A relação casa-escola era estruturada por meio de várias atividades, realizadas, principalmente, na jornada ampliada, que procurava integrar os pais com os filhos e com o programa. Para isto, eram oferecidos cursos e treinamentos aos pais, o que contribuía para maior integração dos pais no programa, embora houvesse certa insatisfação com o que percebiam, por meio desses cursos:

“Os Programas que existem para melhorar a nossa renda são poucos, a gente faz os cursos de tricô, costura industrial, doces caseiros, bordados, manicure, pedicure, cabeleireiro, mas temos dificuldades para vender e o lucro é muito pouco ou quase nada”  
(sexo feminino, 38 anos).

Os cursos promovidos em parceria com a prefeitura e, especificamente, com a Secretaria de Ação Social eram: costura industrial, manicure e pedicure, cabeleireiro, costura caseira, trabalhos manuais, farmácia viva, doces caseiros, bordado, pintura em tecidos e trabalhos com retalhos. Existe uma oficina permanente para as famílias participarem de algum tipo de atividade que venha a aumentar o rendimento familiar (Apêndice B-5).

A integração do Programa com as famílias tem procurado contemplar três vertentes: auto-estima e valorização, capacitação das famílias e organização coletiva destas (Apêndice B-5). Para tanto foi fundada, na zona urbana, uma Associação de Cabeleireiros, na qual participam várias famílias em forma de cooperativa; todo o lucro é dividido entre os cooperados e administrado por eles mesmos. Na zona rural há uma Associação de Horticultores e Floricultores com a mesma finalidade, ou seja, aumentar o rendimento e o empoderamento familiar.

## 5.7. Desempenho e adaptação da criança/adolescente

Uma das formas de avaliação de Programas de atendimento à infância e adolescência, como é o caso do PETI, está relacionada ao desempenho e à adaptação da criança/adolescente. Na categoria desempenho foi incluído seu rendimento escolar, antes e depois do ingresso no programa, bem como sua qualidade de vida.

### 5.7.1. Aspectos do desempenho educativo da criança/adolescente

No desempenho educativo procurou-se identificar aspectos da repetência e evasão escolar, além das dificuldades nas tarefas escolares. No estudo em questão, a repetência antes do PETI era de 93,2%; após o PETI o índice caiu para 6,8%. No caso da freqüência escolar, esta era bastante reduzida no período de trabalho agrícola intenso ou no período da safra da laranja, influenciando, conseqüentemente, o índice elevado de repetência. Com o ingresso da criança no PETI, essa freqüência escolar subiu para 100%.

O processo educacional no Brasil é uma questão que merece destaque. No que se refere à educação das crianças, os dados da Tabela 5 mostram que as principais dificuldades, antes e depois do PETI, estão relacionadas à matemática, exigindo aulas de reforço, que eram oferecidas pelo programa, para evitar repetições escolares.

Tabela 5 – Relação das dificuldades das tarefas educativas por disciplinas, antes e depois do PETI. Boquim-SE, 2001

Dificuldades Antes/Depois	Nº	(%)
Matemática/Matemática	48	38,4
Português/Português	20	16,0
Ciências/Ciências	15	12,0
Estudos Sociais/ Estudos Sociais	12	9,6
Inglês/Inglês	8	6,4
Outras (História, Redação, etc.)	15	12,0
Não houve dificuldades	7	5,6
<b>Total</b>	<b>125</b>	<b>100,0</b>

Um aspecto negativo visualizado pela pesquisadora diz respeito às salas de aulas multisseriadas, ou seja, alunos de diversas séries em um mesmo local de aula. Essa situação mostra a necessidade de uma política voltada para um sistema educacional mais eficaz, com maior sintonia com a Secretaria de Educação e da Assistência Social, principalmente no que se refere ao programa, a fim de que o rendimento do aluno, como esclarece o professor, se torne cada vez mais eficiente. Esses casos mostram, também, as dificuldades enfrentadas por alguns professores e, ao mesmo tempo, evidenciam a necessidade de criatividade por parte destes, para improvisar situações necessárias nesse tipo de salas, de forma que seja possível melhorar o desempenho cognitivo e motivacional da criança/adolescente.

### 5.7.2. Aspectos da qualidade de vida das crianças/adolescentes

Um dos fatores considerados determinantes para a avaliação do desempenho e da adaptação da criança/adolescente diz respeito ao seu ajustamento, dimensionado pela sua qualidade de vida. Inicialmente foi solicitado à criança que expressasse o significado de qualidade de vida para si mesma. Na visão do segmento infantil, como mostra a Figura 8, a qualidade de vida está associada, basicamente, a: “ter saúde, educação, lazer, família e ser feliz”, ou seja, relaciona-se ao alcance das necessidades de existência e de relacionamento, descritas por ALDERFER (1969).

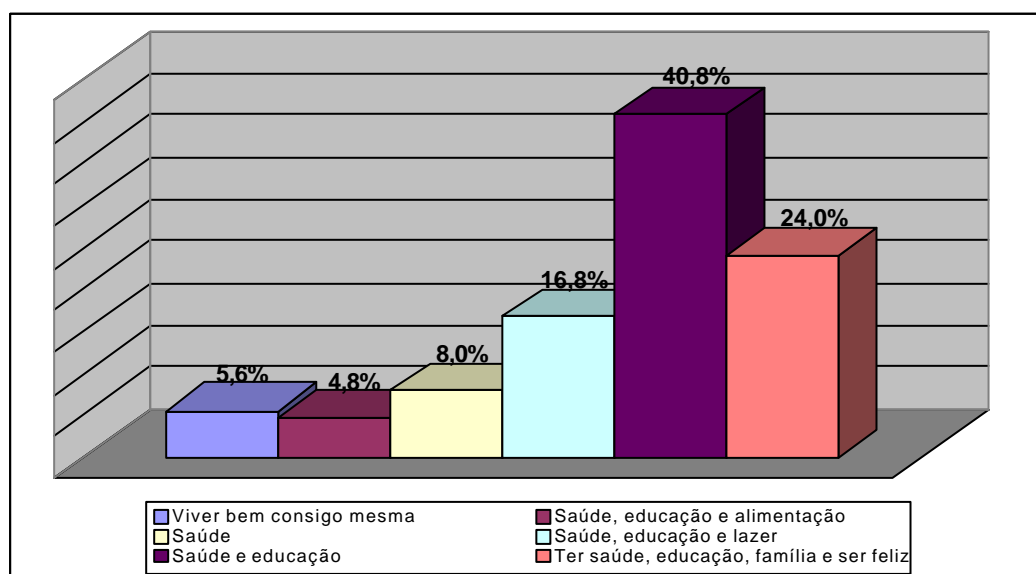


Figura 8 – Percepção da criança/adolescente sobre a qualidade de vida. Boquim-SE, 2001.

Posteriormente procurou-se delimitar o grau de satisfação das crianças/adolescentes com os diversos componentes da qualidade de vida, fazendo-se uso da escala LIKERT. Como não houve respostas do tipo muito insatisfeito ou insatisfeito, utilizou-se, como pode ser evidenciado na Tabela 6, somente as categorias satisfeito e muito satisfeito.

Tabela 6 – Componentes subjetivos da qualidade de vida das crianças/adolescentes. Boquim-SE, 2001

Componentes	Nível de Satisfação	
	Satisfeito (%)	Muito Satisfeito (%)
1. Educação	32,8	67,2
2. Amizade	16,8	83,2
3. Família	16,0	84,0
4. Bem estar consigo	22,4	77,6
5. Segurança financeira	12,8	87,2
6. Saúde	28,0	72,0
7. Alimentação	23,0	77,0
8. Lazer		100,0

O nível de satisfação foi mais elevado, ou seja, superior a 80%, com relação aos seguintes componentes da vida: **lazer, segurança financeira, família e amizade**. Esse resultado demonstra, na visão da criança, que o PETI atingiu o seu objetivo geral, que é o de erradicar, em parceria com outros setores institucionais, o trabalho precoce, possibilitando o acesso e a permanência das crianças na escola, mediante a concessão de uma complementação mensal de renda, que proporcionava maior segurança financeira às famílias, além de fomentar e incentivar as atividades lúdicas e desportivas, o que contribuía para ampliação do círculo de amizades e maior interação e comunicação intrafamiliar.

Os demais componentes, que apresentaram níveis de satisfação inferiores a 80% (saúde, alimentação, bem-estar consigo mesmo e educação), podem estar indicando as situações descritas a seguir: com relação à **educação**, por considerarem a jornada regular muito cansativa, pelo excesso

de deveres de casa e pelo fato de as salas de aula serem multisseriadas; o que, inclusive poderia estar influenciando o **bem-estar consigo mesmo**; no que se refere à **saúde**, mesmo que as crianças se sintam com energia suficiente para exercer suas atividades cotidianas, o índice de satisfação pode não ter sido muito elevado pelas próprias condições da **alimentação**, uma vez que o valor da bolsa não conseguia suprir todas as necessidades básicas das crianças/adolescentes.

Especificamente procurou-se delimitar, de forma concreta ou objetiva, outros dois componentes considerados essenciais ao desenvolvimento da criança, que são: lazer e perfil nutricional.

#### ***5.7.2.1. Aspectos do componente lazer das crianças/adolescentes***

Com relação ao lazer, 100% das crianças/adolescentes responderam que tinham algum tipo de lazer, tendo sido enfatizadas as horas de lazer que passavam na escola, principalmente no turno da jornada ampliada (Tabela 7). Nesse período, as crianças desenvolviam todas as suas potencialidades lúdicas e artísticas, em um processo de socialização, o que constitui a base da filosofia do programa. Em torno de 54,4% passava os fins de semana com suas famílias, quando iam passear, iam à praia, visitavam outros parentes que residiam por perto ou, até mesmo, freqüentavam a piscina da fonte. Por outro lado, 45,6% das crianças possuíam outro tipo de lazer coletivo, que era realizado em companhia dos amigos, seja brincando ou passeando de bicicleta ou, até mesmo, conversando e participando de festas típicas locais, principalmente as promovidas pelas Associações de Moradores da zona rural. O lazer realizado de forma individual foi menos freqüente (11,2%), sendo representado pela TV, ouvir som ou bordar.

Dessa forma, ARAÚJO (1997) procura situar a infância em uma esfera na qual a criança possa reencontrar-se como criança e construir espaços onde sua realidade humano-social possa se revelar com maior plenitude. O caminho escolhido é buscar o lúdico como um dos elementos que possibilite à criança revelar-se como criança, portanto como ser infante.

Com relação ao lazer preferido das crianças/adolescentes, 32% responderam que preferiam futebol, passear e brincar; 24% preferiam passear, visitar as famílias e irem à praia ou piscina da fonte e a do Clube do Banco do Brasil; 16% preferiam ouvir música e ver televisão; 16% gostavam mais de desenhar, bordar, conversar e brincar; 8,0% delas preferiam andar de bicicleta, cantar, ir às festas e brincar. Por último, outras 4% responderam que gostavam de teatro, namorar e acampar, ou seja, preferiam tipos de lazer diferentes. Em geral as crianças tinham, em média, 25 horas de lazer por semana, que em sua maioria era realizado de forma coletiva (Tabela 7).

Tabela 7 – Especificação de atividades de lazer das crianças/adolescentes. Boquim-SE, 2001

Lazer	Sim (Nº)	(%)
Fins de semana	125	100,0
Individualmente	14	11,2
<b>Coletivamente:</b>		
Escola	125	100,0
Com a família	68	54,4
Com os amigos	57	45,6

#### **5.7.2.2. Perfil nutricional das crianças/adolescentes**

A maneira como é distribuída a renda no Brasil faz com que grande parte da população não tenha acesso a um perfil alimentar equilibrado, em qualidade e em quantidade, o suficiente para suprir suas necessidades fisiológicas e nutricionais. Além disto, existem casos de pessoas com recursos que não têm tido uma alimentação equilibrada. Pesquisas recentes revelam que, apesar de o Brasil ser um país com dados da fome equivalentes à dos países africanos, o número de pessoas obesas vem aumentando cada vez mais, principalmente entre as crianças e adolescentes em fase escolar. Desta maneira, o acesso aos alimentos não é garantia de saúde, tornando-se necessário que as pessoas tenham conhecimentos suficientes para consumi-los de maneira correta.

De acordo com FARIA (1997), o comportamento alimentar do homem tem, normalmente, suas bases fixadas na infância, transmitidas pela família e sustentadas pela tradição de crença, valores e tabus, que passam através de gerações.

No que diz respeito à relação entre renda e alimentação, SENA (2001) afirma que a “renda é uma variável essencialmente limitante do consumo alimentar”. De acordo com TINÔCO (2000), os hábitos alimentares de um povo fazem parte de sua própria identidade e, como tal, torna-se difícil imprimir qualquer modificação. No entanto, esses hábitos devem ser entendidos dentro de um contexto histórico mais amplo, em que fatores socioeconômicos, culturais e religiosos são de extrema importância na sua determinação. A análise dos hábitos e do consumo de alimentos de um povo deve ser feita levando-se em conta as decisões tomadas pelo indivíduo dentro da família e, também, na sociedade.

Segundo Souza, citado por PRIORE (1996), a população em estudo faz parte da adolescência precoce, período de 10 a 14 anos de idade, em cuja fase o jovem depara-se com o início das manifestações físicas e sociais, que não são homogêneas, pois dependem da inter-relação entre o potencial genético hereditário e as condições do meio ambiente vivenciado. As variáveis do meio ambiente, tais como: inadequada nutrição, precário nível socioeconômico, coexistência de infecções/doenças, funcionam “como mediadoras do processo de crescimento e desenvolvimento”.

Os dados coletados pela pesquisadora, por meio do inquérito recordatório de 24 horas, foram de natureza nutricional, em função dos elementos ingeridos no café da manhã, almoço, jantar e lanches. Além disto, foram levantados dados antropométricos (peso, obtido através de balança e estatura, por meio de fita métrica), coletados na própria escola, cujos valores médios podem ser visualizados na Tabela 8.

Tabela 8 – Dados para a medição antropométrica das crianças/adolescentes. Boquim, 2001

Composição	Unidade	Valores Médios
- Peso	kg	45,11
- Altura	cm	154,37
- Idade	anos	14
- Sexo:		
Masculino	%	56,8
Feminino	%	43,2

Para avaliação do estado nutricional fez-se uso do software SAEG, que analisou dados de peso, estatura, sexo e idade das crianças/adolescentes. Foram utilizados os critérios de WATERLOW et al. (1997), que avaliam os seguintes parâmetros:

- **Desnutrição atual** – isto é, aqueles adolescentes que apresentaram déficit de peso para estatura (abaixo ou igual a 90% de adequação peso/estatura), mas com estatura para idade normal.

- **Desnutrição progressa** – ou seja, aqueles adolescentes que tiveram somente déficit estatural (igual ou inferior a 95% de adequação da estatura para a idade), com desnutrição no passado.

- **Desnutrição crônica** – os que apresentaram déficits em ambas as relações: peso/estatura e estatura/idade.

- **Eutróficos** – aqueles adolescentes que não tinham nenhum tipo de déficit.

Com respeito à relação peso para estatura, também foram consideradas as condições normais, como sobrepeso e obesidade. Foram considerados normais aqueles adolescentes cuja relação era acima de 90% e abaixo de 110%; com sobrepeso igual ou acima de 110% e abaixo de 120%; com obesidade igual ou acima de 120%.

A avaliação antropométrica é muito usada na monitoração de crescimento e desenvolvimento físico, sendo essencial para supervisionar a saúde e avaliar epidemiologicamente o estado nutricional. Os principais indicadores do estado nutricional são pesos para idade, peso para estatura e altura para idade. Baseando-se na OMC, PRIORE (1996) afirma que esses

indicadores são considerados mais coerentes a partir dos 10 anos de idade, e quando se relacionam as necessidades nutricionais como peso para a estatura.

Na avaliação dos inquéritos nutricionais constatou-se, conforme Tabela 9, que mais de 90% das crianças/adolescentes tinham o hábito alimentar de realizar, no mínimo, cinco refeições: café, almoço, jantar e lanches.

Tabela 9 – Refeições realizadas pelas crianças/adolescentes. Boquim-SE, 2001

<b>Componentes</b>	<b>Sim %</b>	<b>Não %</b>	<b>Casa %</b>	<b>Escola %</b>
<b>1. Café da Manhã</b>				
1.1. Desjejum	97,6	2,4		
1.2. Local			97,6	00
<b>2. Lanche da Manhã</b>				
2.1. Lanchou	100,0	00		
2.2. Local			00	100,0
<b>3. Almoço</b>				
3.1. Almoçou	100,0	00		
3.2. Local			100,0	00
<b>4. Lanche da Tarde</b>				
4.1. Lanchou	94,4	5,6	00	94,4
4.2. Local				
<b>5. Jantar</b>				
5.1. Jantou	97,6	2,4		
5.2. Local			97,6	00

Em termos totais, constatou-se que 100% das crianças/adolescentes almoçavam; 97,6 jantavam; 97,6% tomavam café da manhã; e 100% e 97,6% realizavam lanche pela manhã e à tarde, respectivamente. Assim, a refeição menos consumida pelas crianças/adolescentes deste estudo foi o lanche da tarde.

Ao analisar todos os gêneros alimentícios consumidos (Tabela 10), verificou-se que sete deles eram ingeridos por mais de 50% das crianças/adolescentes, estando na seguinte ordem decrescente: arroz, feijão, carne, farinha, cuscuz com leite, suco com bolacha.

Analisando a ingestão de carne e leite, pode-se constatar, por meio do recordatório, que o seu consumo foi inferior a 40%, provavelmente pelos próprios hábitos alimentares.

Tabela 10 – Alimentos ingeridos por crianças/adolescentes do PETI. Boquim-SE, 2001

<b>Alimentos</b>	<b>Sim %</b>	<b>Não %</b>
<b>1.0 Café da Manhã</b>		
Bolacha	12,8	87,2
Café	40,8	59,2
Carne	8,0	92,0
Cuscuz	40,0	60,0
Leite	44,0	56,0
Manteiga	32,0	68,0
Pão	32,0	68,0
Ovos	8,0	92,0
Outros	17,6	82,4
<b>2.0 Lanche da Manhã</b>		
Arroz	13,6	86,4
Bolacha	19,2	80,8
Cachorro Quente	18,4	81,6
Jabá	13,6	86,4
Macarrão	34,4	65,6
Salsicha	34,4	65,6
Suco	52,0	48,8
Outros	12,8	87,2
<b>3.0 – Almoço</b>		
Arroz	97,6	2,4
Carne	89,6	10,4
Farinha	85,6	14,4
Feijão	92,8	7,2
Legumes	48,8	51,2
Macarrão	18,4	81,6
Ovos	8,8	91,2
Suco	42,4	57,6
<b>4.0 - Lanche da Tarde</b>		
Achocolatado	31,2	68,8
Arroz	15,2	84,8
Bolacha	31,2	68,8
Cah/Quente	20,0	80,0
Frutas	19,2	80,8
Macarrão	16,0	84,0
Salsicha	16,0	84,0
Suco	20,0	80,0
<b>5.0 – Jantar</b>		
Arroz	10,4	89,6
Carne	43,2	56,8
Cuscuz	67,2	32,8
Feijão	10,4	89,6
Sardinha	12,0	88,0
Leite	35,2	64,8
Sopa	9,6	90,4

Quanto ao aspecto nutricional, avaliando-se as variáveis peso, estatura e idade conjuntamente, ficou evidenciado, como apresentado na Tabela 11, que 72,8% das crianças/adolescentes apresentavam estado nutricional alterado derivado basicamente do déficit estatural, provavelmente por deficiência alimentar proveniente do passado (quando trabalhavam nos laranjais, sem horário fixo e regular para a ingestão de alimentos e pela sobrecarga de trabalho).

Tabela 11 – Estado nutricional das crianças/adolescentes do PETI. Boquim-SE, 2001

Estado Nutricional	Valores	
	Nº	%
<b>1. Eutrófico</b>	34	27,2
<b>2. Desnutrição:</b>		
2.1. Desnutrido atual	0	0,00
2.2. Desnutrição progressa	91	72,8
2.3. Desnutrição crônica	0	0,0
<b>Total</b>	<b>125</b>	<b>100,0</b>

Assim, em torno de um terço das crianças/adolescentes era normal, sem nenhum tipo de déficit, enquanto entre os desnutridos houve somente déficit estatural (72,8%).

Vários estudos têm mostrado que o déficit estatural pode ser derivado de uma má nutrição no passado, mas que pode não ser aumentado uma dieta adequada, o que seria um indicativo da eficácia do PETI. Além disto, que os retardos na estatura são mais permanentes do que os de peso, isto é, “o tempo perdido em matéria de crescimento é mais difícil de recuperar”.

Ao analisar o nível de associação peso para estatura constatou-se, conforme Tabela 12, que ocorreram situações tanto de obesidade (83,6%) como de sobrepeso (16,4%), em uma população de 116 crianças/adolescentes, já que as observações de 9 crianças foram eliminadas porque possuíam valores fora da tabela, em termos da distribuição-padrão (principalmente em termos de estatura).

Tabela 12 – Adequação do peso para estatura (P/E) das crianças/adolescentes do PETI. Boquim-SE, 2001

Adequação Peso/Estatura	Valores	
	Nº	%
<b>1. Sobrepeso</b>		
Sobrepeso/estatura normal	15	12,9
Sobrepeso/baixa estatura	4	3,5
Subtotal	19	16,4
<b>2. Obesidade</b>		
Obesidade/estatura normal	19	16,4
Obesidade/estatura baixa	78	67,2
Subtotal	97	83,6
<b>Total</b>	<b>116</b>	<b>100,0</b>

Tal resultado está coerente com o estudo de VEIGA (1992), que encontrou alta prevalência do comprometimento estatural associado à obesidade ou sobrepeso, ao estudar adolescentes de baixo nível socioeconômico. Segundo o autor, tal mudança corporal pode ser explicada pelo estilo de vida familiar, suas tendências alimentares e a própria situação financeira, considerada insuficiente para suprir os adolescentes das necessidades nutricionais adequadas ao funcionamento do organismo, podendo levar à desnutrição ou obesidade.

Pressupõe-se que parte dessa relação inadequada, peso acima do esperado e, principalmente, baixa estatura, seja de fundo genético (em torno e 10%). Embora, em função do “status” sociodemográfico analisado, a questão da desnutrição das crianças/adolescentes, antes do ingresso no PETI, seja um fator que não deve ser subestimado. Este resultado é de importância para os gestores do PETI, porque além de ter sido aumentada a proporção de crianças/adolescentes com peso acima do normal (sobrepeso e obesidade) mantém-se a estatura baixa, provavelmente pela própria desnutrição passada e dieta atual não-balanceada. Ou seja, este novo estado nutricional, isto é, déficit estatural e peso para estatura acima do esperado em 82 jovens (65,6%), deve ser levado em consideração porque a obesidade é uma doença de origem nutricional que geralmente, como afirma FORBES (1991), acontece quando há um desbalanço entre o consumo energético e o respectivo gasto.

Assim, o trabalho precoce realizado nos laranjais, sem horário de alimentação e ingestão de alimentos não-balanceados (às vezes se alimentavam somente de laranjas), deixou uma seqüela em termos nutricionais (desnutrição pregressa), que permanece até o estágio atual, principalmente em termos da baixa estatura. Essa situação está se complicando com a elevação do peso acima do normal, com prejuízos para a saúde da criança/adolescente, pelo fato de a obesidade na adolescência apresentar risco de doenças cardiovasculares, hipertensão e outras doenças da vida adulta.

## 6. CONCLUSÕES

A crise econômica, política e social que afeta o País atinge, principalmente, as classes empobrecidas, levando as crianças/adolescentes a abandonarem a escola e ingressarem precocemente no mercado de trabalho, muitas vezes em situações degradantes e colocando em risco suas vidas. No Brasil, a despeito do que se imagina, a maioria das crianças/adolescentes trabalhadoras está na zona rural. Constituindo em torno de 40%, a força de trabalho infanto-juvenil concentra-se na atividade agrícola, sujeitas a um conjunto de agressões ao corpo, sem direitos trabalhistas respeitados, desnutrida e amplamente explorada. Essa situação também é constatada no Estado de Sergipe e em toda Região Nordeste, onde é mais intenso o nível de pobreza.

Visando minimizar esta questão, foi implantado o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI na região citrícola de Sergipe, especificamente no município de Boquim, que consistiu o objeto de análise deste trabalho.

Fundamentando-se teoricamente na abordagem ecológica do desenvolvimento humano, no levantamento de informações secundárias e primárias e na análise quantitativa e qualitativa dos dados, os resultados mostraram um ambiente socioinstitucional favorável ao funcionamento do programa, tanto em termos da situação econômica como das infra-estruturas existentes, o que foi corroborado pelos depoimentos dos líderes comunitários.

As crianças e os adolescentes inseridos no PETI caracterizavam-se por ser mais da metade do sexo masculino, de cor parda e com idade média de 14 anos. Iniciaram no trabalho citrícola, especificamente na colheita de laranja, com idade entre 7 e 8 anos. Essas crianças/adolescentes fazem parte tanto de famílias nucleares como monoparentais, que se encontram, basicamente, na fase de maturação do ciclo de vida. Mais da metade delas não conseguiu alcançar nem a 1ª série do ensino fundamental, sendo a ocupação principal dos pais a colheita de laranja.

Na percepção dos pais e das crianças, registrada por meio de redações e discursos, o desempenho e a adaptação da criança/adolescente apresentou modificações positivas, tanto em termos cognitivos e motivacional, assim como pela melhoria de sua qualidade de vida e da unidade familiar como um todo. Ou seja, o fato de a criança não ter que dividir seu tempo de estudo/lazer com o trabalho, anteriormente realizado nos laranjais, influenciou tanto o tamanho de suas redes sociais como o de seus familiares. Além disto, pode-se concluir que houve melhoria no relacionamento crianças-pais e maior integração casa-escola, fazendo com que o programa fosse visto como uma “coisa” muito boa e que tem proporcionado maior felicidade, alegria, bem-estar e auto-realização.

Tendo em vista os depoimentos espontâneos, os dados concretos observados e coletados, pôde-se constatar que, no período de realização da pesquisa, o PETI trouxe melhorias na qualidade de vida das crianças/adolescentes e, conseqüentemente, de suas famílias.

Sabe-se, entretanto, que a fim de que essa situação se mantenha (quando a criança não mais possa estar vinculada ao Programa), é necessário, mais do que nunca, vontade política para proporcionar o trabalho-aprendiz aos adolescentes egressos do PETI, respeitando-se as condições próprias da pessoa e seu desenvolvimento pessoal e social.

Com relação aos demais membros da família, é importante levar em consideração o seu potencial positivo, de forma a promover a emancipação ou o empoderamento das unidades familiares, para que estas não sejam “obrigadas” a “voltar a colocar” a criança/adolescente no mercado laboral. Além disto, considera-se essencial a conscientização das famílias e da sociedade sobre seus direitos como cidadãos, sobre a competência técnica e a

conduta interinstitucional de ações governamentais e não-governamentais, que possam associar-se ao programa, tendo como foco de atenção a criança, a família e suas redes sociais.

Enfim, a sociedade brasileira precisa resgatar e colocar em prática uma dimensão mais geral, cívica e ética da política e do espaço público. Dotadas de diferentes habilidades, as pessoas/famílias devem ter disposição e coragem para construir um espaço onde possam reunir, discutir, politizar seus problemas, propor e tentar soluções, iniciativas e manifestações políticas. Ou seja, um cenário onde tenham direito à fala pública, à crítica e ao questionamento, tendo a “negociação” como eixo da política, mediante o planejamento participativo, e que priorize o empoderamento parental e um desenvolvimento mais humano.

## 7. SUGESTÕES

No final do ano 2001 ocorreu, na cidade do Rio de Janeiro, o “Primeiro Encontro de Gestores e Parceiros do PETI”, do qual participaram representantes dos governo federal, estadual, municipal, de ONGs, OIT, UNICEF e da Sociedade Civil Organizada de todo o território nacional. Além da avaliação das experiências registradas em todos os municípios contemplados pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, foram apresentados projetos com alguns resultados concretos de geração de renda para a emancipação da Unidade Familiar.

A grande problemática do Programa ainda continua sendo os egressos, pois o atendimento a estes deveria ser efetuado pelo Programa Agente Jovem com uma bolsa de R\$ 65,00, que infelizmente não atende à demanda e, conseqüentemente, deixa incerto o futuro das crianças/adolescentes que saem do PETI após completarem 15 anos, com possibilidade de um possível retorno à sua dura jornada de trabalho, deixada anteriormente para trás. Segundo o depoimento de uma mãe que tem um filho atendido pelo Programa, tem-se: “alguns não se adaptaram, mas não tendo outro jeito, têm que voltar para a colheita da laranja. É triste criar esperanças e não poder continuar”.

Diante do exposto, sugere-se as seguintes propostas, como forma de perpetuar a melhoria da qualidade de vida dessa população que teve suas esperanças renovadas ao serem inseridas no PETI:

- Ampliar a ação do PETI, estendendo o alcance do programa a outras famílias, que ainda não foram contempladas;

- Criar política de inclusão para adolescentes egressos do PETI, por meio de cursos profissionalizantes e após a conclusão do ensino fundamental, de acordo com as peculiaridades e exigências do mercado de trabalho.

- Promover a emancipação ou o empoderamento das unidades familiares, observando-se suas habilidades e expectativas, para que não tenham, novamente, que inserir suas crianças e seus adolescentes no mercado laboral.

- Criar programas que sensibilizem e conscientizem as famílias e a sociedade sobre seus direitos como cidadãos, para que possam reivindicar competência técnica e conduta interinstitucional, de forma que haja uma postura cívica e ética da política e do espaço público.

- Proporcionar às famílias um ambiente onde possam reunir-se a fim de politizar seus problemas, propor e tentar soluções, por meio de um planejamento participativo, visando um desenvolvimento local mais humanizado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIOLLI, J.R. et al. **Plano estratégico de combate e prevenção e erradicação do trabalho infantil**. Governo de Sergipe, 1997. p.75.

ALDERFER, C.P. An empirical test of a new theory of human needs. **Organizational Behavior and Human Performance**, v.4, p.142-175, 1969.

ALENCAR, E. **Introdução à metodologia de pesquisa social**. Lavras-MG, UFLA, 1999. 125p.

ALVLIN, R.B., VALADARES, L. **Infância e sociedade no Brasil: Uma análise de leitura**. BIB/ANPOCS, n.26, 1988.

ARAÚJO, V.C. **Criança: do reino da necessidade ao reino da liberdade**. Vitória: EDUFES, 1997, 164p.

ARIÉS, F. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1981. 279p.

ÁVILA, C.M. de. **Gestão de projetos sociais**. São Paulo: AAPCS – Associação de Apoio ao Programa Comunidade Solidária, 1999. 128p.

BRASIL. **PETI – Manual de orientações – Versão atualizada**. Brasília: MPAS, 2002. 44p.

\_\_\_\_. **Lei orgânica da assistência social**. LOAS Lei 8.742. 7/12/. Brasília-DF: Parque Gráfico do MTE/FUNDALC, 1997. 55p.

\_\_\_\_. **Constituição Federal**. 1988. Artigo 227.

- \_\_\_\_. **Estatuto da Criança e Adolescente**. São Paulo: Rideel, 1991. 112p.
- \_\_\_\_. **Manual de Orientações do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI**. Brasília, Ministério da Previdência e Assistência Social, 2002.
- CARVALHO, M.C.B. Avaliação participativa – Uma escolha. In: RICO, E.N. **Avaliações de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez, 3.ed, 2001. 154p.
- CARVALHO, M.C.B. **Avaliação de projetos sociais**. In: ÀVILA. C.M. **Gestão de Projetos Sociais**. São Paulo: Editora AAPCS, 1999, p.57-75.
- CARVALHO, M.C.B. A criança, educação e trabalho, alguns apontamentos para a referência e reflexão. **Revista Fórum Nacional DCA – Trabalho Infanto-Juvenil**, n.3, 2º semestre 1994.
- CARVALHO, M.C.B. **A família contemporânea em debate**. São Paulo: Cortez, 1995. p.11-21.
- CERVINI, R., BURGUER, F. O menino trabalhador no Brasil urbano dos anos 80. In: FAUSTO, A, CERVINI, R. (Ed.). **O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80**. São Paulo: UNICEF/FLACSO/CBIA, Cortez, 1991, p.17-46.
- CIPOLA, A. **O trabalho infantil**. Publicação Folha de São Paulo (explicação), 2001, p.40-83.
- CONCHRON, M. Parental Empowerment in Family Matters: Lessons Learned from a Research Program, In: **Parent Education as Early Childhood Intervention: Emerging Directions in Theory, Research, and Practice**. Editora Ablex Publishing Corporation, New Jersey, 1988, p. 23-50.
- DINIZ, N.L. **A acidez dos laranjais: O trabalho Infantil na ótica das crianças e adolescentes trabalhadores da citricultura em Boquim/SE**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais da UFS/SE. São Cristóvão, 1999. 123p.
- DOURADO, A., DABAT, C., ARAÚJO, T.C. Crianças e adolescentes nos canaviais de Pernambuco. In: **História da História da Criança no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto. 1999. p.407-436.
- ENGBERG, L.E. **Rural households and resource allocation for development: an ecosystem perspective**. Rome: FAO, 1992. 165p.
- FARIA, M.C. **Hábitos de consumo de alimentos da população urbana de Viçosa-MG: 1983/84 e 1991/92**. Viçosa: UFV, 1997. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, 1997.

FAUSTO, A., CERVINI, R. **O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80.** São Paulo: UNICEF/FLACSO/CBIA, Cortez, 1991, p.17-46.

FORBES, G.B. Composición del organismo. In: ORGANIZATION PANAMERICANA DE LA SALUD & INSTITUTO INTERNACIONAL SOBRE NUTRICION – Conocimientos actuales sobre nutrición. 6.ed., Washington-DC: OPS/IISI, p.8-15, 1991.

FUKUI, L. **Família: Conceitos, transformações nas últimas décadas e paradigmas. Famílias: aspectos conceituais e questões metodológicas em projetos.** Brasília-DF. Edições FUNDAP. 1998. p.15-30.

GUATTARI, F. **As três ecologias.** 5.ed., Campinas: \_\_\_\_, 1995. \_\_p.

GOMEZ, C.M., MEIRELLES, Z.V. Crianças e adolescentes trabalhadores: um compromisso para a saúde coletiva. **Caderno de Saúde Pública**, v.13, n.2, Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1997. 9p.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.** [1994]. (<http://www.ibge.gov.br>).

\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio-PNAD.** 1999. Disponível em: <<http://www.ibge.org.br>> Acesso em 20/01/2002.

\_\_\_\_. **Censo 2000: Dados Preliminares.** Disponível em: <<http://www.ibge.org.br>> Acesso em 20/01/2002.

LOBO, T. Avaliação de processos e impactos em Programas sociais: algumas questões para reflexão. In: RICO, E.N. **Avaliações de políticas sociais: Uma questão em debate.** São Paulo: Cortez, 3.ed, 2001. 154p

MARTINS, J.S. **O massacre dos inocentes.** A criança sem infância no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1993. p.50-115.

MELLO, S.L. Estatuto da criança e do adolescente: é possível torná-lo uma realidade psicológica? **Revista de Psicologia**, v.10, n.2, São Paulo: USP, 1999. 9p.

MONTALI, L. Arranjos familiares: O espaço coletivo para viver na grande São Paulo. **Caderno de Pesquisa**, n.72, p.69, 1990.

NETO, O.C., MOREIRA, M.R. Trabalho infanto-juvenil: motivações, aspectos legais e repercussão social. **Caderno de Saúde Pública**, v.14, n.2, Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1998. 8p.

NEVES, D.P. **A perversão do trabalho infantil**. Niterói: Editora Intertexto, 1999. 241p.

NUNES, D.G. **Novos padrões de intervenção na infância excluída: uma reflexão sobre o estatuto da criança e do adolescente (ECA)**. In: COIMBRA, C.M.B. **Violência e Exclusão Social**. Niterói: EDUFF, 1999. p.83-97. (Estudos e Pesquisas, 5).

PÁDUA, J., AHMAN, I., APEZECHEA, N., BORSOTTI, C. **Técnicas de investigación aplicadas a las Ciencias Sociales**. México: Fondo de Cultura Económica, 1997. 360p.

PASSETTI, E. Crianças carentes e políticas públicas. In: PRIORI, M.D. **História da Criança no Brasil**. Ed. Contexto, 1999. p.347-406.

PEREIRA, P.A.P. Centralização e exclusão social: duplo entrave à Política de Assistência Social. **Revista Ser Social – Exclusão Social e Situações de Risco**, n.3, julho a dezembro de 1998.

PEREZ, J.R.R. Avaliação do processo de Implementação: Algumas Questões Metodológicas. In: RICO, E.N. **Avaliações de políticas sociais uma questão em debate**. São Paulo: Cortez, 3.ed, 2001. p.65-72.

PRIORE, S.E. **Perfil nutricional de adolescentes do sexo masculino residentes em favelas**. São Paulo: EUFSCAR, 1996. 133p.

RIZZINI, I. História das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. In: **A arte de Governar Crianças**. CESPI, 1995, p.6-45.

RIZZINI, I. Pequenos trabalhos no Brasil. In: **História da criança no Brasil**. Ed. Contexto, 1999, p.376-405.

ROCHA, L.M.M. **Análise de situações de estresse e de adaptação no trabalho infantil em Governador Valadares**. Viçosa: UFV, 2000. 114 p. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) - Universidade Federal de Viçosa, 2000.

ROCHA, S. Crise, estabilização e pobreza – 1990/95. **Conjuntura Econômica**, v.51, n.1, p.22-26, 1997.

SABOIA, J. **Trabalho infanto-juvenil dos anos 90: Cadernos de políticas sociais**. São Paulo: CSD-3, 1996, p.2-15.

SANTOS, J.A. Ação social e do trabalho. In: **Prestando Contas – 1997/2000. Boletim Informativo**, v.IV, n.4, 2001. p.12-15.

SENA, E.S. **"Um, dois feijão com arroz!..." a merenda escolar e o aprimoramento de hábitos alimentares: um estudo de caso Paula Cândido-MG**. Viçosa: UFV, Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) - Universidade Federal de Viçosa, 2001.

SEPLANTEC. **Anuário Estatístico de Sergipe**, 1994. p.35-45.

SILVA e SILVA, M. Avaliação de políticas sociais: Concepção e modelos analíticos. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n.53, São Paulo: Editora Cortez, 1997, p.74-79.

SILVEIRA, et al. Levantamento dietético e estado nutricional das famílias de níveis salariais de I a XII da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração, em Araxá-MG. **Oikos**, v.2, n.1, p.3-8, 1982.

SOUZA, M.L. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 3.ed., São Paulo: Cortez, 1993. 225p.

TINÔCO, A.L.A. et al. Estudo Multicêntrico de Consumo Alimentar para a população de Belo Horizonte – MG. In: Workshop Sobre Metodologias de Estudos Multicêntricos, V.1., 2000, Salvador. **ANAIS**. Salvador, 2000. 86p.

VEIGA, A.C. **Trabalho infantil: questões políticas**. São Paulo: ABET, 1998. p.145.

VEIGA, G.V. **Contribuição ao estudo da obesidade em adolescentes do sexo feminino: uma avaliação comparativa entre dois níveis socioeconômicos**. São Paulo: EPM, 1992. Tese de Doutorado. Escola Paulista de Medicina.

VÉRAS, M. P. B. Notas Ainda Preliminares sobre Exclusão Social, Um Problema Brasileiro de 500 anos. In: **Por Uma Sociologia da Exclusão Social – O Debate com Serge Paugam**. Editora EDUC, São Paulo, 1999, p. 13-47.

WATERLOW, J.C., BUZINA, R., KELLER, W., LANE, J.M., NICHAMAN, M.Z., TANNER, J.M. The presentation and use of height data for comparing the nutritional status for groups of children under the age of 10 years. **Bull. World Health Organ.**, v.55, n.4, p.489-498, 1977.

## **APÊNDICES**



III. PERCEPÇÃO SOBRE O PETI	
3.1. A família está satisfeita em fazer parte do PETI? (S/N) _____	Caso não tenha vaso sanitário, que tipo de fossa séptica possui? _____ ( 1. Com sumidouro 2. Sem sumidouro)
3.2. Em que grau? _____ 1.muito insatisf. 2.insatisf. 3.satisf. 4.muito satisf.	Caso não tenha água encanada, qual a origem da água para o uso doméstico (beber e fazer comida) e geral (lavar roupa, tomar banho): _____
3.3. Indique, na sua opinião quais foram as vantagens e desvantagens por estar fazendo parte do PETI.	Como é feito o armazenamento da água utilizada? _____ ( 1. Caixa d'água, 2. Potes ou tunel s/tampa 3. Potes ou tunel c/tampa).
<b>Vantagens</b>	Esta água possui tratamento? (S/N) _____ de que tipo : _____
<b>Desvantagens</b>	Possui filtro? (S/N) _____ Qual o destino que você dá ao lixo? _____ ( 1.Queimar, 2. Enterrar, 3. Deixar exposto à céu aberto, 4. Colocar em lata e recolhido pela prefeitura). Com que frequência é recolhido pela Prefeitura? _____
3.4. O que você fazia antes de estar incluído no PETI e agora não faz mais? _____	5.4. Iluminação: Possui rede elétrica? (S/N) _____ Caso negativo, qual a alternativa utilizada? _____
3.5. Que sugestões daria para melhoria do programa, explique com suas próprias palavras.	5.5. Ventilação: Todos os cômodos possuem janela? (S/N) _____ Qual o cômodo que não possui? _____
IV. CARACTERÍSTICAS PESSOAIS DA CRIANÇA/ADOLESCENTE	
4.1. Idade atual (nº de anos) _____ 4.2. Sexo (M/F) _____	5.6. Participa de algum grupo social: _____ (S/N) Frequência: _____ (nº de vezes por semana) Quais? _____, _____, _____.
4.3. Etnia: _____ ( 1.branco 2.negro 3.pardo) 4.4. Idade em que começou a trabalhar: _____ (nº de anos) 4.5. Idade em que começou no PETI : _____ (nº de anos)	5.7. Marque os serviços comunitários disponíveis na sua comunidade: ( ) Assistência médica ( ) Odontológica ( ) Hospitalar ( ) Post o de saúde ( ) Forneç. Medicamentos ( ) Serv. Telefon. ( ) Posto policial ( ) Serviço de Transporte ( ) Sindicatos ( ) Creches/escolas ( ) Conselhos e entidades não governamentais ( ) Associações ( ) Outro: _____
4.6. Principal ocupação anterior ao PETI : _____	
Considera que a atividade que exercia antes do PETI era arriscada? (S/N) _____ Em que Sentido? _____	
4.7. Intensidade do trabalho: nº de dias/semana _____ nº de horas/dia _____	
4.8. Nº de anos de estudo: _____ 4.9. Nº de anos repetidos na escola antes do PETI: _____ 4.10. Nº de anos repetidos na escola depois do PETI: _____	
4.11. Frequentava antes do PETI a escola regularmente? (S/N) _____ Se não, por quê? _____	
4.12. Quais as maiores dificuldades enfrentadas na realização das tarefas escolares?	
<b>Antes do PETI</b>	<b>VI. QUALIDADE DE VIDA CRIANÇAS/ADOLESCENTES</b>
<b>Depois do PETI</b>	<b>Educação</b>
	6.1. Houve melhoria na concentração e rendimento escolar, após ter ingressado no PETI? (S/N) _____ Sua vida melhorou ou deixou de tra - balhar? (S/N) _____ Está satisfeito com as atividades realizadas na escola? _____ (1.muito insatisf. 2.insatisf. 3.satisf. 4.muito satisf.)
	Qual a atividade mais cansativa, a jornada regular ou a ampliada? Especif. _____
	E a mais prazerosa? Especif. _____
	<b>Amizade</b>
4.13. Dê sua sugestão para melhoria da escola em que você estuda? _____	6.2. Considera que tem boas amizades? (S/N) _____ Está satisfeito com os amigos que possui? _____ ( 1.muito insatisf. 2.insatisf. 3.satisf. 4.muito satisf.) Compartilha intimidades e problemas com seus amigos? (S/N) _____ Seu círculo de amizades variou com o ingresso no PETI? (S/N) _____ De que forma? Especif. _____
4.14. Na sua concepção o que significa o PETI? _____	<b>Família</b>
E o que significa Qualidade de Vida? _____	6.3. Você se sente compreendido e apoiado por sua família? (S/N) _____ Está satisfeito com seu relacionamento familiar? _____ ( 1.muito insatisf. 2.insatisf. 3.satisf. 4.muito satisf. ). O relacionamento com sua família, Depois do ingresso no PETI, mudou ? (S/N) _____ Especifi que: _____
4.15. Em que sua vida mudou com o ingresso no PETI, para melhor: _____ e para pior: _____	<b>Bem Estar Consigo Mesma</b>
	6.4. Está satisfeito com a maneira como está desenvolvendo a sua vida atual? _____ ( 1.muito insatisf. 2.insatisf. 3.satisf. 4.muito satisf. ). Além do seu ingresso no Programa ocorreu algum outro fator que contribuiu para seu bem estar? (S/N) _____ Qual: _____ Considera que deveria mudar em algum aspecto? (S/N) _____ De que maneira? (Especificar) _____
V. CARACTERIZAÇÃO DO HABITAT FAMILIAR	
5.1. Local de residência: _____ ( meio rural / urbano)	
5.2. Padrão da habitação: <i>situação das paredes</i> _____ ( 1.taipa, 2.blocos s/ revest., 3.bloco c/ revest.) <i>situação do telhado</i> _____ ( 1.zinco, 2.eternite, 3.telha, 4.lage, 5.lage/telha) <i>situação do piso</i> _____ ( 1.terra batida, 2.cimento, 3.cerâmica, 4.madeira).	
5.3. Saneamento Básico: Possui rede geral de esgoto? (S/N) _____ Caso negativo, como se dá a saída dos dejetos humanos? _____	
Possui banheiro com vaso sanitário ? (S/N) _____ Dentro ou fora de casa? _____	
Possui água encanada? (S/N) _____	



## APÊNDICE B – 1

### FOTOS ILUSTRATIVAS SOBRE A REALIDADE DO PETI – BOQUIM-SE



Momento educacional dirigido – Zona rural.



Momento educacional dirigido – Zona rural.



Momento de leitura ao ar livre, sob orientação dos educadores – Zona urbana.

## APÊNDICE B – 2

### CRIANÇAS TRABALHANDO NO CAMPO ANTES DE INGRESSAR NO PETI



## APÊNDICE B – 3

### CRIANÇAS EM MOMENTO DE LAZER DEPOIS DE INGRESSAR NO PETI



Coral do Boquim-SE, desenvolvendo potencialidades artísticas.



Momento de lazer no parque do centro administrativo de Boquim-SE, sob orientação dos educadores – Zona urbana.



Momento de lazer no parque do centro administrativo de Boquim-SE, sob orientação dos educadores – Zona rural.



Momento de lazer no parque do centro administrativo de Boquim-SE, sob orientação dos educadores – Zona urbana

## APÊNDICE B – 4

### DIA DE RECEBIMENTO DA BOLSA E REUNIÃO PARA DISCUTIR O PETI E O ECA



Pais na fila para o recebimento da bolsa.



Reunião de pais e membros da sociedade para discutir sobre o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

## APÊNDICE B – 5



Mães desenvolvendo atividades de qualificação profissional na oficina permanente, melhorando a auto-estima.



Trabalhos desenvolvidos pelas mães e expostos no BANESE. Boquim – 12/2001.



Trabalhos manuais desenvolvidos pelas mães na oficina da Zona urbana.